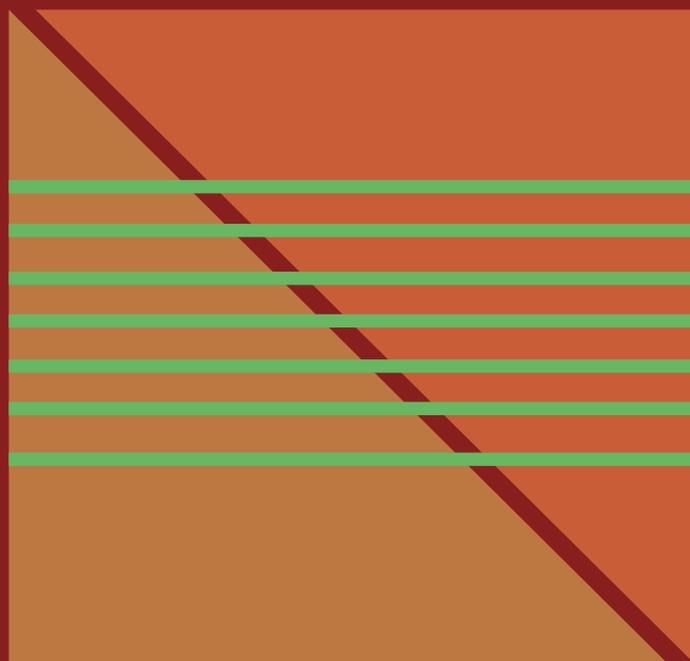


CADERNOS DE ECONOMIA E POLÍTICA

Revista Eletrônica
Ano 1. VOL. 3



Agosto de 2023

Editores-Chefes

Tomás Braga E Braga
tbraga@fespsp.org.br

Luiza Tenan Vitor
luizatenanv@gmail.com

**FESPSP - Fundação Escola
de Sociologia e Política de
São Paulo**

João Pedro Salles
Diagramador

Contato

Rua General Jardim, 522,
Vila Buarque, São Paulo.
SP 01223-010
73 9 99484735
revistacatedra@fespsp.org.br

Cadernos de Economia e Política

Revista Eletrônica
Ano 1. Vol. 3 - Agosto/2023

A Cátedra Celso Furtado constitui-se como um núcleo de reflexão, estudos e formação em torno de temas contemporâneos do desenvolvimento nacional, consoante com as teses de Celso Furtado, um dos mais relevantes intelectuais brasileiros do Século XX. As atividades abrangem, ainda, processos de integração acadêmica; parcerias institucionais e cooperação com outras instituições afeitas ao tema, no Brasil e no exterior; e interlocução com a sociedade civil.

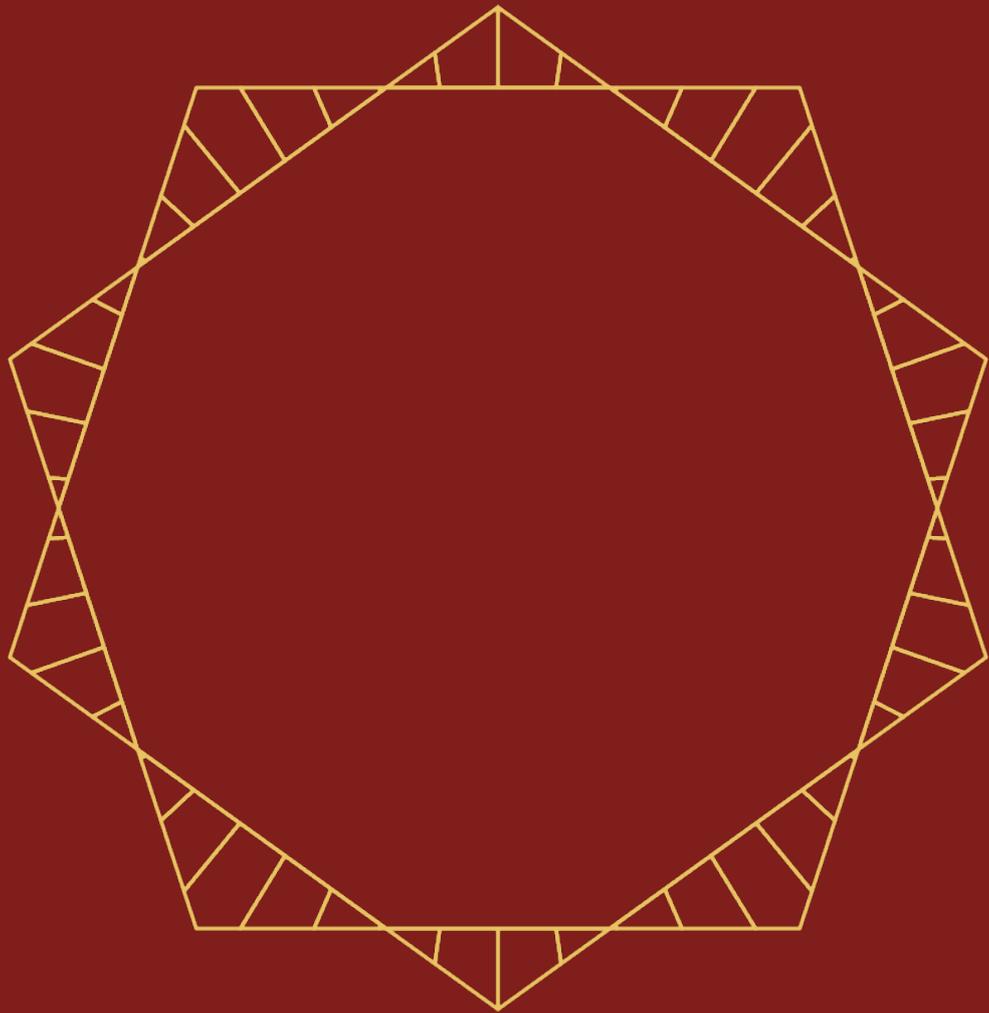
A partir desta missão, publica-se esta revista Cadernos de Economia e Política no intuito de fomentar reflexões e estudos consoantes com a visão de desenvolvimento econômico como um processo inerentemente social e histórico.

O atual volume traz reflexões de professores e discentes tanto da FESPSP quanto de outras instituições.



FESPSP | **90** ANOS

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

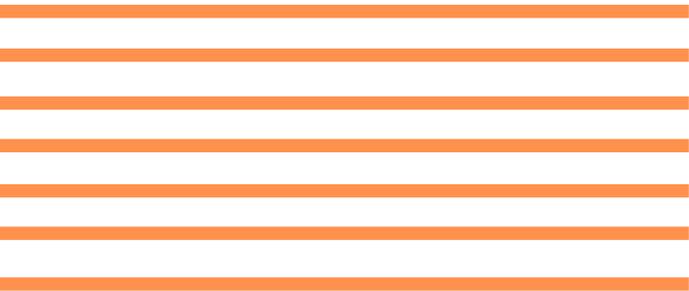


CADERNOS DE ECONOMIA E POLÍTICA

Revista Eletrônica

Sumário

- 1. CELSO FURTADO E SUAS REFLEXÕES ACERCA DO CAPITALISMO**
Leandro Salman Torelli 3
- 2. TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E ARGENTINA**
Giovanna Marquesano Tabanês
Nara Silva Okamoto..... 10
- 3. A INDÚSTRIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E SEUS DANOS À ORGANIZAÇÃO DO DESEJO INDIVIDUAL**
Luiza Tenan Vitor 20
- 4. O PROGRESSISMO ECONÔMICO DO II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E SEUS EFEITOS POSITIVOS NA ECONOMIA BRASILEIRA**
Mateus Fraga Maresch 30
- 5. UMA ANÁLISE DA ORDEM MUNDIAL A PARTIR DO ESTUDO DAS PRÁTICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS DA NAÇÃO CHINESA**
Pedro Dib Aguiar..... 43



FESPSP | **90** ANOS

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO



Celso Furtado e suas reflexões acerca do capitalismo¹

Leandro Salman Torelli²

Celso Furtado (1920-2004) é mais conhecido pela sociedade em geral pelas suas intervenções políticas como homem público envolvido com projetos como o da criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), durante o governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), ou como Ministro do Planejamento do governo de João Goulart (1961-1964), ou ainda durante a redemocratização, na sua atuação como Ministro da Cultura, no governo de José Sarney (1985-1990).

Além disso, para o público mais específico de estudantes de economia e de outras ciências sociais, Furtado é geralmente lembrado como um grande analista da história econômica brasileira, dada a importância de sua principal obra, *Formação Econômica do Brasil* (1959), que se tornou inclusive disciplina acadêmica nos cursos de formação em ciências econômicas e mesmo em outras áreas.

Entretanto, aqueles que se dedicam mais profundamente a obra de Celso Furtado, sabem que sua produção intelectual é bastante significativa também na análise histórico-estrutural do próprio capitalismo, na medida em que o autor sempre viu o Brasil inserido num amplo processo de alcance mundial dado pela lógica da relação centro-periferia. Essa concepção é extremamente importante na produção furtadiana, que incorporou tal reflexão a partir da sua atuação na Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (Cepal). O economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986), Secretário-executivo da Cepal entre 1950 e 1963, deu o pontapé

inicial nessa interpretação quando escreveu, em 1949, um texto seminal sobre a América Latina e seus problemas de desenvolvimento, apresentando a tese da relação centro-periferia. Na sua visão, a condição periférica da América Latina impunha à região a situação de produtora de bens primários exportáveis ao centro desenvolvido, de quem adquiria os produtos industrializados. Dado o fato de os produtos industrializados serem resultado de uma incorporação acelerada de progresso técnico, em condição de estabilidade dos volumes exportados, os países periféricos exportadores de bens primários perderiam sistematicamente a sua capacidade de importar pela desvalorização dos seus produtos em relação aos industrializados.

Esta interpretação, consagrada como a deterioração dos termos de troca, fazia com que a única saída para a América Latina, naquele contexto, fosse um projeto de industrialização sob a liderança do Estado, dada as condições heterônomas de crescimento, emprego, distribuição de renda e incorporação tecnológica nos países periféricos (Prebisch, [1949] 2000). Daí surgiram uma série de publicações e correntes econômicas na região defensoras da noção da industrialização por substituição de importações, programa que sustentou os projetos nacional-desenvolvimentistas da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular, ao longo dos anos 1950 e 1960.

Partindo dessa perspectiva, Celso Furtado, nesse mesmo período, concebeu uma teorização da condição de desenvolvimento em economias periféricas, criando uma noção específica de subdesenvolvimento. Ao contrário das teorias em voga na época, que consideravam o subdesenvolvimento uma etapa do desenvolvimento, Furtado

1 Texto que tem por base o artigo a seguir: TORELLI, Leandro S. e SAES, Alexandre M. A redefinição da inserção periférica brasileira: uma reflexão a partir do prisma furtadiano (1990-2016). *Cadernos do Desenvolvimento*, vol. 17, n. 32, p. 148-188, maio-ago. 2022.

2 Coordenador do curso de Pós-graduação em Teoria e Análise Econômica da FESP-SP. Doutorando em História Econômica pela FFLCH-USP. Mestre em História Econômica pelo IE-Unicamp. Graduado em História pela Unesp.

afirmava que o subdesenvolvimento era uma condição capitalista específica, resultante do processo de inserção

das economias periféricas (Furtado, 1961). Diante dessa constatação, a industrialização por si só não seria condição suficiente para a superação do subdesenvolvimento, visto que ela acabava se integrando às condições econômico-sociais pré-existentes e retroalimentando a situação de atraso social. Nesse sentido, considerava Furtado que era necessário um amplo programa de reformas que iam muito além da industrialização.

Sua proposta para tal Furtado apresentou em 1962, na obra *A pré-Revolução brasileira*. Neste livro, o autor considerava que o Brasil havia alcançado um grau de diferenciação produtiva que permitia “transferir para o país os principais centros de decisão de sua vida econômica” (Furtado, 1962, p. 09). O diagnóstico era que o desenvolvimento econômico vivido nos anos 1950 não havia se generalizado para toda a população, já que manteve níveis elevados de concentração da renda. No tenso contexto da Guerra Fria, cabia ao país superar o falso dilema entre liberdade individual e desenvolvimento material, e enfrentar o problema fundamental que era “desenvolver técnicas que permitam alcançar rápidas transformações sociais com os padrões de convivência humana de uma sociedade aberta” (Furtado, 1962, p. 26). O caminho para a garantia de ambas seria a realização de reformas de base. Estas eram necessárias pois o nosso padrão de desenvolvimento era totalmente diferente dos países centrais: neles, no pós-Segunda Guerra promoveram-se políticas de pleno emprego em um contexto de escassez de mão de obra, o que mantinha os salários altos e incentivava o investimento no progresso técnico poupador de mão de obra, promovendo um desenvolvimento com homogeneização social. No caso dos países periféricos, ao contrário, o processo de industrialização agudizou

os conflitos pré-existentes ao manter a estrutura agrária e tributária, bem como explorar o excesso de mão de obra disponível com os salários achatados. As reformas de base deveriam atacar essas questões centrais: a agrária e a tributária, para promover maior distribuição e homogeneização social, fazendo com que o crescimento se transformasse naquilo que deve ser o seu objetivo: um meio para o desenvolvimento humano e social (Furtado, 1961).

A Ditadura Militar instaurada em 1964 no Brasil, entretanto, foi um grande baque para essa teoria da superação do subdesenvolvimento pela via reformista. O recuo das classes dominantes no sentido da preservação dos seus interesses específicos, expôs para muitos intelectuais de centro e esquerda daquele momento que um projeto de superação do subdesenvolvimento passava por romper com a noção de que era possível uma aliança entre a burguesia industrial com as camadas trabalhadoras contra os setores atrasados. No contexto de crise, a burguesia industrial teria se aliado aos outros setores das elites nacionais e, com apoio do Centro capitalista, promoveu um retrocesso nos avanços democráticos entre os anos 1960 e 1970. O projeto nacional-desenvolvimentista, fundamentado na industrialização com democracia social, teria sido abandonado pelas elites latino-americanas.

Segundo Bresser-Pereira (2010), a experiência histórica dos anos 1960 e 1970 tinham demonstrado que as elites locais continuaram desenvolvimentistas e industrialistas, mas romperam com a democracia e a justiça social. Nesse sentido, o projeto da esquerda nacionalista e da Cepal havia fracassado. É com a escola sociológica paulista que surgiu a alternativa de se pensar o problema brasileiro e latino-americano pela perspectiva da dependência. Nesse contexto, essas novas interpretações, vindas do ambiente acadêmico, propõem a ideia de que, para além da relação centro-periferia, a região estava

submetida por uma relação também de dependência com o capitalismo cêntrico, sendo que a elite local tinha a preferência de promover uma relação subordinada de inserção ao capitalismo a arriscar seu domínio local na construção de uma inserção autônoma que possibilitasse uma ascensão das camadas subalternas. Para essa corrente, o projeto nacional-desenvolvimentista era corresponsável pela derrota de 1964 no Brasil, ao confiar numa burguesia industrial nacionalista. As elites locais, afirmam os sociólogos paulistas, eram incapazes de “serem nacionais, de pensarem e agirem em termos dos interesses nacionais” (Bresser-Pereira, 2010, p. 32).

Na esteira desse processo de revisão crítica da derrota pós-1964, Furtado, por meio do método histórico-estrutural, promoveu novas reflexões sobre o desenvolvimento brasileiro e latino-americano, enquadrando-os num cenário mais amplo de inserção sistemática ao capitalismo de forma subdesenvolvida e dependente. Conforme apontam Manzatto e Saes (2021, p. 191), o momento decisivo dessas reflexões se dá na década entre as publicações de *Dialética do desenvolvimento* (1964) e *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), quando o golpe, o exílio, a manutenção da industrialização e do crescimento sob o regime ditatorial, desafiaram-no a revisitar suas teses.

Em *O mito*, Furtado apresentou uma análise das tendências estruturais do capitalismo naquele contexto de meados dos anos 1970. Promovendo uma incursão histórica, identificava a existência de três momentos fundamentais do desenvolvimento capitalista: (i) sob a hegemonia inglesa (século XVIII e primeira metade do século XIX); (ii) momento de formação dos sistemas econômicos nacionais (a partir da segunda metade do século XIX); e (iii) sob a hegemonia estadunidense (pós-Segunda Guerra Mundial).

Na hegemonia inglesa, o excedente era canalizado pela Inglaterra a partir da lógica do livre-comércio e da divisão

internacional do trabalho. Ocorria, paralelamente, a formação de um sistema financeiro integrado desde Londres, concentrando geograficamente a acumulação de capital a partir dos termos de troca favoráveis às regiões industriais. Assim, o *laissez-faire* beneficiava quase que exclusivamente a Inglaterra, o que levou à reação de outros países, que passaram a buscar o seu desenvolvimento por outros meios. Já na segunda fase, de formação dos sistemas econômicos nacionais, diversos países abandonaram o *laissez-faire* e promoveram políticas protecionistas para o desenvolvimento de seus sistemas econômicos nacionais. Com o comando central do Estado, controlou-se o sistema financeiro e o setor exportador no sentido de forjar uma industrialização nacional, permitindo que alguns países que tiveram sucesso nesse processo, como Estados Unidos, Alemanha e Japão, conseguissem ingressar no Centro e disputar a hegemonia com os ingleses. Nos países onde a distância para o Centro era maior e o padrão de consumo de suas elites era mimético procurou-se promover uma industrialização por substituição de importações (típica formação dos países subdesenvolvidos como o Brasil). Esses países subdesenvolvidos se integraram ao capitalismo como economias primário-exportadoras submetidos à teoria das vantagens comparativas. Essa situação fez com que os excedentes da exportação fossem gastos em bens de consumo e com desenvolvimento de uma indústria de substituição de importações durante contextos externos restritivos. Esse mecanismo significava concentração de renda (Furtado, 1983, cap. I).

Já na terceira fase, sob hegemonia dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra, Furtado afirmava que a dominância se dava numa frente geopolítica, por conta da Guerra Fria, e noutra econômica, ambas integradas com o objetivo de garantir a dominação. Assim, criaram-se instituições internacionais para proteger esse novo arcabouço do capitalismo sustentado na

atuação de oligopólios transnacionais que se espalharam no Centro e na Periferia. As empresas transnacionais adquiriram grande autonomia em relação aos governos, com flexibilização fronteiriças e financeirização crescentes. Os Estados foram perdendo a capacidade de coordenação do processo de desenvolvimento que tinham alcançado em alguns casos durante a segunda fase.

A tutela estadunidense ao mundo capitalista criou as condições para a expansão da grande empresa transnacional, com ampla liquidez fundamentada no padrão dólar e com políticas de controle de “bom comportamento” dos Estados subordinados à tutela. Na Periferia, os impactos foram significativos: o aumento da distância em relação aos países do Centro; o comércio entre centro-periferia transformado em operações das grandes empresas transnacionais; e a industrialização se transformou num elemento de concentração de riqueza para a criação de demanda para as transnacionais. A atuação global das grandes empresas permitia que elas produzissem com os custos baixos da periferia e exportassem para o centro, perpetuando as condições estruturais do subdesenvolvimento. Assim, a onipresença das transnacionais ressignificava a ideia de economia nacional e de inserção no mercado internacional: os governos tinham margem restrita de atuação e as grandes empresas conseguiam impor seus interesses pelo poder econômico que possuíam. Nesse cenário, os conflitos de classe tendiam a se complexificar, com os grandes, pequenos e médios capitais e os distintos extratos da classe trabalhadora disputando espaço em nível nacional, mas a lógica de disputa pelo excelente se dava agora em nível internacional, o que significava, no limite, uma ingovernabilidade crônica dos países periféricos (Furtado, 1983, p. 44-60).

Essa percepção da transformação do capitalismo em uma grande arena global, aprofundada pela atuação das transnacionais, refinava de forma

significativa aquela interpretação tradicional da relação centro-periferia fundamentada na deterioração dos termos de troca. O subdesenvolvimento, nessa nova condição, não era apenas funcional aos interesses das elites locais da periferia. Numa perspectiva mais ampla que incorpora a noção de dependência, Furtado estava considerando que esse novo capitalismo transnacional transformava o subdesenvolvimento num produto funcional para o sistema, que se utilizava dessas condições estruturais periféricas para ampliar as possibilidades de acumulação de capital, numa lógica muito mais integrada que pode nos levar a relacionar o pensamento de Furtado à visão daqueles que defendem a ideia da existência de um grande sistema mundial integrado³.

Em *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978), Celso Furtado aprofundou essa análise das transformações do sistema e aponta, pela primeira vez com todas as letras, a existência de um capitalismo globalizado. Partindo desta noção, considerou que os centros de decisão, que lá em 1962 ele acreditava que pertenciam ao país, estavam cada vez mais capturados por instituições e empresas globais e pelo sistema financeiro internacional (Furtado, 1978, cap. 1). Possibilidades de um projeto nacional-desenvolvimentista, que superasse os entraves que nos mantinham no subdesenvolvimento se tornavam cada vez mais restritos. O Brasil estaria cada vez mais amarrado à sua condição subdesenvolvida e dependente. Mesmo assim, há quem considere que Furtado nunca abandonou a ideia de um projeto nacional que contasse com uma burguesia nacionalista que, aliada às camadas populares, rompesse com a dependência e o subdesenvolvimento (Bresser-Pereira, 2010, p. 38). Assim, Furtado nunca teria deixado de pensar que “a superação da dependência

3 Sobre a teoria do moderno sistema mundial, ver Wallerstein (2001); Arrighi (1996), Arrighi (2008). Para uma abordagem que procura relacionar o pensamento de Furtado com essa interpretação da corrente do moderno sistema mundial com foco no desenvolvimento chinês, ver Barbosa (2021).

passava pela construção de um projeto nacional autônomo, em que os objetivos econômicos e sociais atendessem aos interesses do país” (Manzatto e Saes, 2021, p. 202).

Depois do segundo choque do petróleo, em 1979, os Estados Unidos mudaram radicalmente sua política monetária, promovendo uma alta inédita nos juros para conter a inflação que se acelerava no país. O efeito internacional foi uma drenagem dos capitais para os Estados Unidos, levando os países que financiavam seus projetos industrializantes com poupança externa à bancarrota. Começando pelo México, vários Estados periféricos quebraram e viveram um processo de reversão da sua política de crescimento. Endividados, foram obrigados pelos organismos internacionais a promoverem uma política econômica voltada para a obtenção de moeda forte para fazer frente ao serviço da dívida externa. Iniciava-se um doloroso processo de abandono das políticas industrializantes para um processo de ajuste que (re)inserisse a periferia na nova lógica de organização do capitalismo, agora globalizado e neoliberal.

A própria Cepal, nesse contexto, apontou para a perda de autonomia nacional dos países latino-americanos, bem como para o intenso processo de fortalecimento do sistema financeiro em detrimento dos setores produtivos da economia. A instituição propunha, ao contrário do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, uma saída heterodoxa da crise, focada numa política de crescimento econômico pautado nas exportações, bem como um acordo coletivo dos países devedores com os seus credores, de forma a escalar e renegociar os juros da dívida externa, impedindo a asfixia financeira das nações latino-americanas (Bielschowsky, 2000, p. 56-59).

Entretanto, o que se viu no caso brasileiro foi um duro processo recessivo no começo dos anos 1980 e uma explosão inflacionária que durou toda a década, só contida em 1994. Interessante notar que esse processo de (re)inserção do

Brasil como periferia na nova lógica de acumulação capitalista se dá no mesmo momento em que o país procurava (re) construir a democracia. Esse choque entre os interesses democráticos, de um lado, e de inserção neoliberal, de outro, é um dos elementos mais significativos do processo de transição iniciado nos anos 1980, já que, geralmente, se mostraram contraditórios e excludentes⁴.

Em seu *Brasil: a construção interrompida*, publicado em 1992, Celso Furtado retoma a reflexão sobre os limites e as possibilidades que a nova articulação do capitalismo desde a década de 1970 criaram para as economias periféricas, em geral, e para a economia brasileira, em particular. Nessa análise, reafirma o autor a ideia de que a globalização, a financeirização e as transformações do progresso técnico haviam limitado profundamente as possibilidades de superação do subdesenvolvimento, especialmente com a subordinação dos objetivos de longo prazo aos interesses específicos de curto prazo centralizados na estabilidade macroeconômica que atendessem aos interesses das finanças internacionais cada vez mais desregulamentadas.

A partir dessa constatação, ele acreditava numa certa “perda de governabilidade” inclusive nos países desenvolvidos, que tornava mais complexa a construção de um projeto nacional, dada a redução das taxas de poupança e uma maior ineficiência das políticas macroeconômicas voltadas para o crescimento. A globalização, o crescente fortalecimento econômico (e, por que não dizer, político) das empresas transnacionais e o livre fluxo de capitais financeiros interditavam políticas de indução do desenvolvimento a partir do Estado, tornando-as cada vez mais obsoletas. Nas palavras de Furtado, “a perda do controle dos fluxos de liquidez internacional pelos bancos centrais e a rápida integração dos sistemas monetários e financeiros deram origem a

4 Este é o argumento central da tese de doutoramento em desenvolvimento do autor, no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH-USP.

uma situação nova em que a própria ideia de sistema econômico nacional passou a ser apresentada como anacronismo” (Furtado, 1992, p. 29).

O novo contexto do capitalismo, globalizado e neoliberal, ao enfraquecer o papel central do Estado nacional nas políticas promotoras do desenvolvimento, também levou à dificuldade na garantia de políticas que promovessem certa homogeneização social, a exemplo daquelas desenvolvidas no pós-Segunda Guerra no Centro capitalista. Como consequência, o aumento das desigualdades sociais, inclusive nos países desenvolvidos, já era apontado por Furtado no início dos anos 1990 como uma das consequências nefastas da nova realidade estrutural.

No caso dos países periféricos, em especial no Brasil, podia-se notar que as transformações ocorridas no capitalismo a partir dos anos 1970 desarticularam os mecanismos pelos quais se promoveu uma industrialização e uma certa modernização, principalmente entre os anos 1950 e 1980. Desde então, o endividamento e a alta inflação acabaram por se tornar algumas das consequências principais da nova ordem capitalista, sendo obrigado o país a realizar políticas econômicas que garantissem recursos vultosos para transferência líquida ao exterior com o intuito de saldar o serviço da dívida externa, inviabilizando as políticas de crescimento, industrialização e modernização, quiçá então políticas de desenvolvimento e de homogeneização social. O resultado foi a estagnação econômica, a desintegração e a anomia social.

Esse novo quadro do capitalismo foi apontado por Furtado como um limitador decisivo para políticas nacionais de desenvolvimento, que avançassem para além da modernização restrita ao consumo dos grupos mais abastados das sociedades periféricas. No livro *Capitalismo Global*, de 1998, ele apontava para alguns desafios que esse capitalismo neoliberal impunha aos

integração regional para tornar-se mais competitivo internacionalmente; ii) as dificuldades de inserção num contexto de resistência hegemônica dos Estados Unidos e de surgimento da União Europeia; iii) a decadência do antigo Bloco Soviético e a inserção desses novos países na disputa pela poupança externa; iv) o avanço das economias orientais, especialmente da China, como potência industrial exportadora e; v) as pressões internacionais por mais abertura da economia e financeirização por parte das transnacionais e do mercado de capitais (Furtado, 1998, p. 30-33).

No começo do século XXI, Furtado ainda se mostrava ativo em busca de novos modelos de desenvolvimento dentro dos marcos do capitalismo neoliberal. Em seu movimento de reflexão sobre o Brasil nessa nova ordem internacional, Furtado reconhecia dois elementos estruturais que, ao longo de toda essa trajetória aqui descrita permaneciam como centrais: “1) a propensão ao endividamento externo; e 2) a propensão à concentração social da renda” (Furtado, 2002, p. 08). Ora, esses dois elementos estruturais eram reforçados pelas características do capitalismo desses tempos. Ao final do Capítulo II do livro *Em busca de novo modelo*, de 2002, Furtado assim reflete sobre o capitalismo globalizado e as questões centrais que diziam respeito ao Brasil:

A globalização opera em benefício dos que comandam a vanguarda tecnológica e exploram os desníveis de desenvolvimento entre países. Isso nos leva a concluir que países com grande potencial de recursos naturais e acentuadas disparidades sociais – caso do Brasil – são os que mais sofrerão com a globalização. Isso porque poderão desagregar-se ou deslizar para regimes autoritários como resposta às tensões sociais crescentes. Para escapar a essa disjunção temos que voltar à ideia de projeto nacional, recuperando para o mercado interno o centro dinâmico da economia. A maior dificuldade está em reverter o processo de concentração de renda, o que somente será feito mediante uma grande mobilização social (Furtado, 2002, p. 42, grifos nossos).

Nesse sentido, para Furtado, era no fortalecimento do Estado, sob controle

onde se encontrava a chave de atuação decisiva que poderia atacar os nossos problemas estruturais, identificados desde o começo da saga furtadiana; os mercados, por sua vez, teriam um papel coadjuvante nesse processo. Entretanto, ao observar os caminhos tomados pelo capitalismo nas últimas quatro décadas, e a forma como o Brasil se inseriu nele nesse período, quando a prevalência dos mercados e dos seus interesses foram predominantes, têm-se visto, na verdade, uma intensificação da “heterogeneidade estrutural” identificada pelos cepalinos desde 1949 e profundamente estudada pelos seus membros, sendo Celso Furtado um dos mais ilustres.

Referências Bibliográficas

ARRIGHI, G. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

----- O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro:

Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BARBOSA, A. de F. A ascensão chinesa e a economia-mundo capitalista: uma perspectiva histórica. In: MUSSE, R. (org.). China contemporânea: seis interpretações. Belo Horizonte:

Autêntica, 2021. p. 09-40.

----- Celso Furtado, intérprete do Brasil. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n.

78, abr. 2021, p. 86-107.

9

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. vol.1. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13-68.

----- As três interpretações da dependência. Perspectivas, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010.

FURTADO, C. A pré-Revolução brasileira. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

----- Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

----- Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

----- Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

----- Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

----- O capitalismo global. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

----- O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

----- O mito do desenvolvimento econômico. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MONZATTO, R. e SAES, A. M. Celso Furtado, intérprete da dependência. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 78, p. 182-205, abr. 2021.

PREBISH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. [1949] In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. vol.1. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 69-136.

TORELLI, Leandro S. e SAES, Alexandre M. A redefinição da inserção periférica brasileira:

uma reflexão a partir do prisma furtadiano (1990-2016). Cadernos do Desenvolvimento, vol.

17, n. 32, p. 148-188, maio-ago. 2022.

WALLERSTEIN, I. Capitalismo histórico & Civilização capitalista. Rio de Janeiro:

Contraponto, 2001.

Trabalho doméstico não remunerado: um estudo comparado entre Brasil e Argentina

Giovanna Marquesano Tabanês¹
Nara Silva Okamoto²

RESUMO

O artigo visa a tratar a questão do trabalho doméstico não remunerado no Brasil e na Argentina, buscando compreender as perspectivas de remuneração e de promoção de políticas públicas direcionadas ao público feminino não inserido no mercado de trabalho formal. A dupla jornada de trabalho passou a ser considerada na legislação argentina em 2021, incluindo-se nos programas de aposentadoria o pagamento de mulheres que exercessem o papel de cuidado da casa e dos filhos. Tais funções se apresentam como um trabalho invisível para as políticas públicas no Brasil; porém, constitui-se como encargo “natural” feminino, especialmente quando consideramos os recortes raciais e de renda. Sendo assim, pretende-se abordar neste artigo os seguintes tópicos: I. os aspectos institucionais tanto brasileiros quanto argentinos por meio de dados oficiais e estatísticos; II. Argentina e Brasil: comparando o trabalho do cuidado em suas semelhanças e diferenças.

Palavras-chave: Trabalho doméstico não-remunerado; trabalho do cuidado; legislação argentina; legislação brasileira.

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2021, o presidente da

1 Graduada em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Pesquisadora no Núcleo de Direito e Democracia no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. E-mail: giovannamarquesano@gmail.com.br

2 Graduada em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Bacharel em Direito. Servidora Pública Federal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Bolsista PIBIC da Cátedra Celso Furtado. E-mail: naraokamoto@gmail.com

Argentina Alberto Fernández englobou o trabalho doméstico, em termos populares conhecido como “cuidado materno” e “cuidados com a casa”, no programa de aposentadoria do país. O Decreto nº 475/2021³ modificou o “Sistema Integrado de Jubilaciones y Pensiones”⁴, o qual possui como público alvo mulheres que se enquadram na idade para aposentadoria e que não possuem 30 anos de contribuição, tempo mínimo exigido para o recebimento dos benefícios previdenciários.

A significativa mudança na legislação argentina reforçou os debates sobre o tema no Brasil, resultando na elaboração do Projeto de Lei nº 2757/2021⁵ que, assim como o Programa Integral de Reconhecimento de Tempo de Serviço por Tarefas Assistenciais, prevê o recebimento de um salário mínimo para mulheres acima de 60 anos que possuem filhos e que não contribuíram anos suficientes para as outras formas de aposentadoria, alterando a Lei nº 8213/1991 e acrescentando a aposentadoria por cuidados maternos.

A elaboração do projeto de lei, proposta pela deputada federal Talíria Petrone, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), ressaltou a importância de tal contribuição no país, especialmente com a agravamento do cenário devido à pandemia da COVID-19, em que as vulnerabilidades e as distinções por gênero foram acentuadas em relação aos números de pessoas atingidas pelo desemprego. Além disso, a deputada federal traz dados referentes ao vínculo

3 Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/246989/20210719>

4 Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-24241-639>

5 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2293477>

direto entre mulheres negras e a ocupação dos espaços domésticos, sendo “donas de casa” sem exercício profissional fora do ambiente do lar, mães solo, a realização de duplas ou triplas jornadas de trabalho.

Apesar da existência de projetos voltados para a discussão dessa forma de trabalho, a atribuição das tarefas de manutenção do lar e de cuidado com pessoas (sejam crianças, idosos ou enfermos) é “naturalmente” imputada às mulheres, uma ordem social pouco questionada. Esse trabalho propõe-se a abordar as discussões sobre trabalho doméstico não remunerado enquanto existentes nas esferas de gênero, raça e classe social, recortes necessários para entender suas diferentes dimensões. Procuramos compreender quais são os entraves na sociedade brasileira em relação ao tema trazido, reconhecendo que este existe em duas instâncias: a primeira, na esfera pública com os movimentos sociais e suas reivindicações, sobretudo o movimento feminista; e a segunda, constituída pelos agrupamentos políticos e sua adesão ou não à temática, utilizando o caso argentino como referencial na América Latina.

2. O trabalho invisível: a questão do trabalho doméstico não remunerado no Brasil

Inicialmente, é fundamental resgatar os aspectos históricos no Brasil para compreender os entraves do tema no país. A inserção da temática do trabalho doméstico não remunerado nos debates públicos ganhou espaço com o movimento feminista nas décadas de 1970 e 1980, buscando as raízes das desigualdades de gênero através das explicações sobre divisão sexual do trabalho e a economia familiar. Na mesma época, durante o período da ditadura militar no Brasil, o governo de Emílio G. Médici aprovou uma legislação específica sobre o exercício do trabalho doméstico,

a Lei nº 5.859/72 e o Decreto nº 71.885/73 tratando dos direitos das empregadas domésticas, definidas pelo artigo 1º da Lei 5.859/72 enquanto “[...] aquele que presta serviço de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas”. A partir disso, enfatizamos que não iremos focar na atividade profissional do trabalho doméstico, ou seja, na questão das empregadas domésticas, discutiremos o tipo não remunerado, relacionado aos afazeres domésticos e cuidados com os próprios familiares.

Historicamente, as funções sociais das mulheres eram voltadas para o mercado reprodutivo e do lar. Ao recuperar a categoria de trabalho para Karl Marx⁶, constata-se que, apesar das mulheres estarem inseridas nas relações de transformação entre ser humano e a natureza a fim de produzir o necessário para sobrevivência, tais funções não eram formalmente caracterizadas como forma de trabalho, não havendo remuneração e reconhecimento pelo tempo dispendido.

Logo, resgatamos a fala de Danièle Kergoat (2003): “Para começar, lembremos alguns fatos: não foi tratando a questão do aborto, como usualmente se diz, que o movimento feminista começou. Foi a partir da tomada de consciência de uma opressão específica: tornou-se coletivamente ‘evidente’ que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres, que este trabalho era invisível, que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal.” A partir do reconhecimento do encargo feminino com as tarefas do lar, as nomenclaturas “trabalho doméstico” e “trabalho invisível” tratam do mesmo fenômeno, sendo utilizados como sinônimos ao difundirem a existência de uma divisão social do trabalho.

Com o início da atuação feminina no mercado de trabalho formal, as atribuições das funções de cuidado, antes vistas como tarefas destinadas às

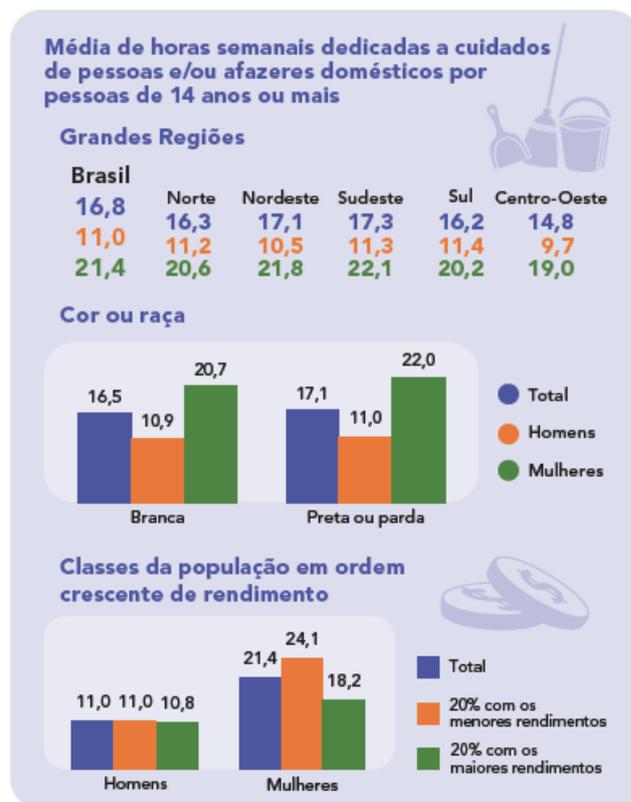
⁶ Marx, Karl. O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Boitempo Editorial, 2015.

mulheres, possuem como plano de fundo a compreensão acerca das noções sobre o que é trabalho e a roupagem de gênero que determinados afazeres possuem. Conhecida como “ética do cuidado”, a ideia desenvolvida pelo campo da psicologia por Nel Noddings argumenta que essa forma de ética é baseada em valores masculinos e individuais, enquanto as mulheres são guiadas pela preocupação em satisfazer o outro de quem cuida moralmente (KUHNNEN, 2010, p. 156). Carol Gilligan (1982)⁷ aponta a noção de cuidado enquanto fundamental para compreender a formação moral feminina: as mulheres, em sua vida adulta, são regidas por uma moralidade centrada pelas responsabilidades com um suposto outro, podendo ser filhos, marido e parentes adoecidos, havendo uma tendência de preocuparem-se mais com as relações pessoais. Desse modo, a ética do cuidado ainda naturaliza uma certa atribuição do que é compreendido como papel do homem e papel da mulher na sociedade. Em resposta a isso, compreendemos a situação por meio do conceito de servidão voluntária.

A servidão voluntária para Helena Hirata (2004) refere-se à aceitação e à internalização pelas mulheres de papéis tradicionais de gênero, como assumir o trabalho doméstico e de cuidados, apesar da desigualdade e da opressão associadas a essas tarefas. Essa servidão é considerada voluntária porque as mulheres muitas vezes adotam esses papéis devido a normas sociais e a expectativas culturais, mesmo que isso limite sua autonomia e suas oportunidades. As mulheres são socialmente incentivadas a desempenhar o papel de responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados dentro do contexto familiar, sendo a afetividade frequentemente utilizada como justificativa para essa atribuição de papéis. É possível atestar a tese de Hirata ao serem analisadas estatísticas fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em um estudo realizado

em 2019, o qual constata que entre as sete atividades⁸ que compõem a rotina de afazeres domésticos, a única em que há predomínio masculino é a de pequenos reparos da casa e de automóveis, correspondendo a 58,1%.

Além disso, a amostra aferiu que, da população consultada, mulheres dedicavam 21,4 horas semanais aos afazeres domésticos, enquanto os homens, 11 horas (IBGE, 2019). Sobre isso, é necessário resgatar a noção de divisão sexual do trabalho e da hierarquização das esferas do trabalho, isto é, existe o trabalho produtivo, o mundo corporativo, mercado de trabalho, associações majoritariamente masculinas, e o trabalho reprodutivo, o espaço não-mercantil (PINHEIRO, 2018), representados pelo domicílio e pelo vínculo feminino, conforme se pode depreender através do seguinte gráfico:



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.
 Notas: 1. Consolidado de primeiras entrevistas.
 2. Rendimento domiciliar per capita, em ordem crescente, deflacionado para reais médios do próprio ano.

7 In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development (1982)

8 Atividades ligadas à alimentação, limpeza de roupas e sapatos, lavar roupa, arrumar a mesa onde ocorrem as refeições.

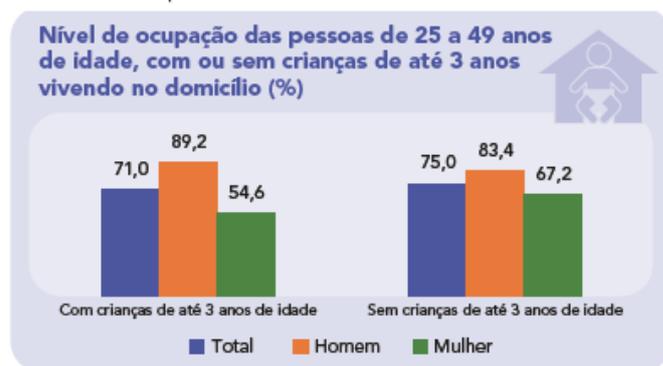
Da análise do gráfico acima, verifica-se, ainda, que independentemente da região do Brasil, a taxa de mulheres que exercem trabalho doméstico não remunerado é maior do que a dos homens, indicando a desigualdade entre gêneros na divisão dos afazeres domésticos. A segunda ilustração revela que a diferença entre rendas também afeta o nível de desigualdade entre mulheres na realização do trabalho doméstico não remunerado, haja vista que o acesso à contratação de trabalhadores domésticos e a creches e escolas, propicia a delegação das tarefas domésticas a outras pessoas - possivelmente outras mulheres.

A principal distinção entre as duas formas de trabalho está na valorização, ou seja, o produtivo, pertencente ao mundo econômico possui mais valor social e credibilidade do que o reprodutivo, que é naturalizado e invisibilizado (PINHEIRO, 2018). As estatísticas oficiais disponibilizadas demarcam a segmentação por gênero por meio das escolhas masculinas serem predominantes no mercado de trabalho, enquanto o público feminino concentra-se nas atividades reprodutivas do cotidiano e não-remuneradas mas que ainda demandam tempo. O levantamento feito revela o número de homens e mulheres em idade para trabalhar e que se encontram trabalhando ou disponíveis para trabalhar, demonstrando que a desigualdade está presente tanto entre mulheres e homens brancos, quanto entre mulheres e homens pretos ou pardos.

O levantamento feito pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) sobre Outras Formas de Trabalho 2019 revela o número de homens e mulheres em idade para trabalhar e que se encontram trabalhando ou disponíveis para trabalhar, demonstrando que a desigualdade está presente tanto entre mulheres e homens brancos, quanto entre mulheres e homens pretos ou pardos. Veja-se:



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

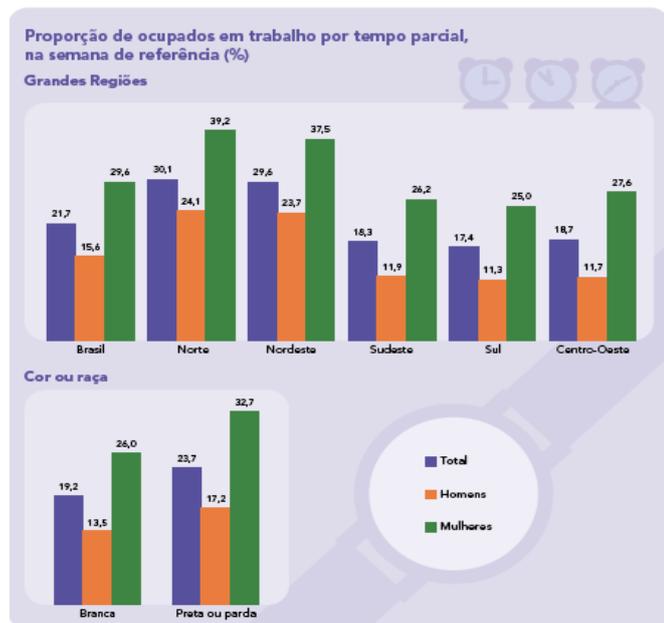


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.
Nota: Consolidado de primeiras entrevistas.

A pesquisa aponta, ainda, que o nível de ocupação dos homens em domicílios com ou sem crianças até 3 anos é maior do que a taxa de mulheres. Desse modo, pode-se inferir que o número de horas delegadas às mulheres no exercício de afazeres domésticos é prejudicial à inserção delas no mercado de trabalho formal, ante a taxa desigual de ocupação de cargos demonstrada.

Outrossim, um outro ponto relevante para compreender o trabalho doméstico no Brasil é a faixa etária das pessoas que o realizam. A mesma pesquisa realizada pelo IBGE contabilizou que 146,7 milhões de pessoas da faixa etária com 15 anos ou mais dedicam em média 16,8 horas semanais aos afazeres domésticos e cuidado de pessoas (IBGE, 2019), especialmente o público feminino. As percentagens relativas ao público masculino mais jovem evidencia que a maioria possui empregos fora do ambiente residencial, prescrevendo uma nítida distinção entre a atribuição dos espaços possíveis de ocupar por meio dos papéis de gênero.

Os indicadores de proporção de pessoas ocupadas em trabalho parcial deixa demonstrada a existência de “dupla jornada”, já que 29,6% , quase um terço do total de trabalhos em jornada parcial (30 horas semanais) é exercido por mulheres, enquanto somente 15,6% é realizado por homens. Um aspecto a ser considerado neste gráfico é a diferença entre a ocupação em trabalho entre mulheres brancas e mulheres negras.



Não é possível abordar o tema do trabalho de cuidado sem incorporar os fatores raciais na análise. A apreensão desse sistema que classifica hierarquicamente homens, mulheres, brancos e negros afeta de maneira cruel as mulheres negras desde o início dos regimes escravistas no Brasil e no resto do mundo. Para pensar sobre esse tópico, reavemos a noção de “mãe-preta” (GONZALES, 1984) de Lélia Gonzales que aponta o racismo, uma neurose brasileira, enquanto articulado sob a figura da mulher negra nas noções sobre: mulata, doméstica e mãe-preta. As nomenclaturas “doméstica” e “mãe-preta” abrangem frontalmente as associações com trabalho, representam os efeitos da naturalização das divisões sociais e raciais, caracterizando a função da escrava no sistema produtivo:

prestação de bens e serviços. O espaço da mulher negra foi, ao longo dos séculos, destinado ao cuidado, ou seja, criava para a mulher branca as condições de vida fazendo o trabalho doméstico. A mãe-preta é a idealização de afetividade e dedicação incondicional, uma crítica de Lélia Gonzales crítica ao estereótipo da mulher negra como provedora e cuidadora na sociedade brasileira.

Os dados sobre trabalho invisível apresentam que ainda predominam mulheres negras ocupando os empreendimentos domésticos, sejam eles remunerados, isto é, em outras palavras, exercendo funções como empregadas domésticas em casas, ou não remunerados, realizando o trabalho em suas próprias residências. Dados de 2019 do IBGE revelam a distinção por cor entre os índices de realização dos afazeres domésticos, os quais, dentro da amostra analisada, representam as porcentagens de 91,5% das mulheres brancas, 94,1% das mulheres pretas e 92,3% das mulheres pardas (IBGE, 2019). Sobre isso:

Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. (GONZALES, Lélia, p.4, 1984)

A formação social brasileira, considerando seus aspectos históricos, deixou como herança os cuidados coloniais (PASSOS, 2020), algo manifestado pela associação destas mulheres aos cargos de cuidado e doméstico.

A análise histórica revela que a divisão sexual do trabalho e a atribuição de tarefas domésticas às mulheres têm raízes profundas na cultura, invisibilizando e desvalorizando o trabalho doméstico não remunerado. Essa divisão desigual reflete-se nas estatísticas, evidenciando que as mulheres ainda são responsáveis pela maioria das tarefas domésticas, mesmo quando inseridas no mercado de trabalho. Além disso, a questão racial desempenha um papel crucial, com as

mulheres negras sendo sobrecarregadas com uma dupla opressão relacionada ao trabalho de cuidado.

3. Argentina e Brasil: comparando o trabalho do cuidado em suas semelhanças e diferenças

O tema do trabalho de cuidado na Argentina e no Brasil apresenta tanto semelhanças quanto diferenças. A diferença principal está na introdução do tema a sociedade civil argentina durante as décadas de 1930 e 1940, uma das primeiras apresentações do trabalho doméstico não remunerado na Argentina foi feita através da figura da primeira-dama Maria Eva Duarte de Perón, a qual defendeu os direitos dos trabalhadores e a importância do papel das mulheres durante as décadas de 1930 e 1940, sobretudo sinalizando a existência do trabalho invisível exercido por essas. Criou-se o Partido Peronista Femenino, espaço utilizado por Eva para falar sobre o papel das mulheres na luta política e democrática, um discurso feito em 1947 simboliza sua relação com o tema e a busca pela união entre as mulheres do país.

Uma similaridade a ser apontada está em um momento histórico durante a segunda onda do feminismo, ocorrida entre 1960-1980. Assim como o caso brasileiro, o feminismo argentino ganhou força no final da década de 1970 juntamente ao fim da ditadura militar no país, denunciando o sistema de dominação masculina por meio da organização de manifestações. As ditaduras militares em ambos os países são significativas para perceber a categoria de “mães” ou mãres atreladas ao sacrifício⁹ e a utilização de representações que remetesse aos afazeres domésticos como forma de resistência política (BORGES, 2013).

9 Relação com os movimentos promovidos por mães e avós que estavam em buscas de seus parentes promovendo manifestações como a Madres de La Plaza de Mayo na Argentina e as marchas organizadas pelo Movimento Feminino Pela Anistia

A literatura argentina sobre o tema apresenta o assunto com ênfase na ideia de que o trabalho doméstico reforça as desigualdades sociais, sobretudo as desigualdades de gênero ao adentrar no mercado de trabalho formal. Corina Rodríguez Enríquez (2017) apresenta o trabalho do cuidado como uma questão presente em todos os países da América Latina, apesar de ser algo heterogêneo, tal fator existe em todos os espaços e de diversas formas. A autora aponta alguns elementos essenciais para compreensão do fenômeno: a divisão sexual do trabalho, naturalização dos papéis femininos, os acontecimentos históricos, tentativas de implementar regimes de bem-estar social e as estratificações por classes sociais.

Na Argentina, a pesquisa Encuesta Nacional de Uso del Tiempo (ENUT) realizada pelo Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC) em 2021, demonstra que a distribuição do trabalho doméstico não remunerado é desigual, uma vez que enquanto 90% das mulheres dedicam horas com afazeres domésticos, somente 69,1% dos homens exercem atividades dessa natureza. Veja-se:

Cuadro 1. Porcentaje de participación y tiempo por participante (con y sin simultaneidad) por sexo, según grupo de actividad. Población de 14 años y más. Año 2021

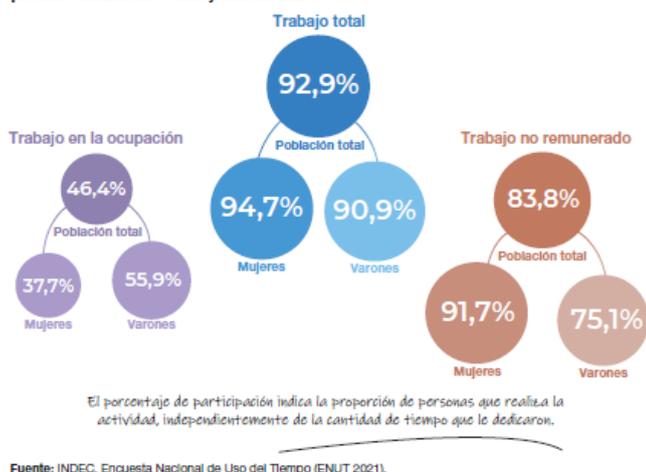
Actividades	Población total			Mujeres			Varones		
	Porcentaje de participación	Tiempo sin simultaneidad	Tiempo con simultaneidad	Porcentaje de participación	Tiempo sin simultaneidad	Tiempo con simultaneidad	Porcentaje de participación	Tiempo sin simultaneidad	Tiempo con simultaneidad
Trabajo total	92,9	7:34	9:00	94,7	7:27	9:20	90,9	7:41	8:38
Trabajo en la ocupación	46,4	7:53	8:27	37,7	6:59	7:34	55,9	8:32	9:06
Trabajo no remunerado	83,8	4:01	5:18	91,7	4:49	6:31	75,1	2:58	3:40
Trabajo de cuidado	26,1	3:12	5:09	31,4	3:43	6:07	20,3	2:19	3:30
Trabajo doméstico	80,0	2:52	3:30	90,0	3:17	4:06	69,1	2:16	2:38
Trabajo de apoyo a otros hogares, para la comunidad y voluntario	7,8	3:06	3:52	9,3	3:05	3:58	6,1	3:09	3:41
Actividades personales	100,0	16:57	19:40	100,0	16:56	19:48	100,0	16:59	19:30
Actividades educativas	13,9	4:55	5:18	14,9	4:51	5:21	12,8	4:59	5:14
Convivencia y recreación	51,0	3:05	3:49	51,2	2:58	3:46	50,9	3:13	3:52
Uso de medios de comunicación	90,4	3:18	4:49	89,4	3:07	4:40	91,5	3:31	4:58
Cuidado personal (*)	100,0	11:42	12:37	100,0	11:54	12:53	100,0	11:29	12:18

(*) Incluye la actividad "Dormir".
Fuente: INDEC, Encuesta Nacional de Uso del Tiempo (ENUT 2021).

Assim como no Brasil, da mesma forma, infere-se que apenas 37% das mulheres acima de 14 anos trabalhar percebendo remuneração, porquanto 55,9% dos homens na mesma faixa etária são remunerados pelo trabalho prestado,

conforme se verifica no gráfico a seguir:

Porcentaje de la población que realiza trabajo total, trabajo en la ocupación y trabajo no remunerado, por sexo. Población de 14 años y más. Año 2021



Na Argentina, em 17 de julho de 2021, foi promulgado o Decreto nº 475/2021 que modificou o Sistema Integrado de Jubilaciones y Pensiones, reconhecendo o cuidado com filhos como tempo a ser considerado no cálculo para fins previdenciários, especialmente a aposentadoria. Conforme exposto nas disposições iniciais do referido Decreto, segundo registros da Administração Nacional da Segurança Social, 95% dos titulares do Abono Universal de Proteção Social¹⁰ são mulheres, evidenciando a desigualdade de gênero no âmbito do mercado de trabalho formal. Outro ponto importante constante nas considerações iniciais, diz respeito ao isolamento social durante a pandemia do Covid-19, o qual deixou latente a importância dos trabalhos domésticos, bem como a divisão desigual, entre gêneros, dos afazeres domésticos (ARGENTINA, 2021).

O artigo 1º do Decreto nº 475/2021 permite somar: um ano de aporte por cada filho, como regra geral; dois anos por filho, em caso de adoção de uma criança ou adolescente menor de idade; dois anos se se tratar de um filho com

¹⁰ O Decreto nº 1.602/09 criou o Abono Universal de Proteção Social, incluindo no Regime de Bolsa Família instituído pela Lei nº 24.714/96.

Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-1602-2009-159466>. Acessado em: 27/05/2023

deficiência; dois anos caso tenha recebido Abono Universal de Proteção Social por 12 meses, consecutivos ou não.

Essa inovação aplicada ao sistema previdenciário argentino, pode ser entendida como um avanço na luta pela desigualdade de gêneros, uma vez que reconhece o trabalho que historicamente foi imputado às mulheres. Apesar de não conferir aumento no valor do benefício previdenciário, reduz o tempo de serviço necessário para obtenção da aposentadoria, que, de acordo com o art. 20 da Ley nº 24.241/1993 (ARGENTINA, 1993), é de 30 anos para a mulher. Por sua vez, o sistema previdenciário brasileiro, apesar de ser fundamentado nos princípios da solidariedade e da universalidade de cobertura e atendimento (art. 194, parágrafo único, I da Constituição Federal de 1988)¹¹, contempla tão somente a proteção ao trabalho remunerado, inserido no mercado produtivo, deixando de considerar as horas dedicadas ao trabalho doméstico não remunerado. A legislação brasileira reflete a desigualdade de gênero constante na sociedade, com a concentração dos cuidados dos filhos nas mãos de mulheres, por exemplo, ao prever licença paternidade de 5 dias e de 20 dias no caso de empresas cadastradas no Programa Empresa Cidadã¹², dificultando a divisão do tempo despendido nos cuidados de forma igualitária.

Dessa forma, no âmbito previdenciário, é possível observar uma diferença significativa entre a proteção oferecida pelo sistema argentino às mulheres em comparação ao sistema brasileiro, haja vista este último

¹¹ Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento [...]

¹² “Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770/2008 e regulamentado pelo Decreto nº 7.052/2009, destina-se a prorrogar por sessenta dias a duração da licença-maternidade e por quinze dias, além dos cinco já estabelecidos, a duração da licença-paternidade (Lei nº 13.257/2016).” Disponível em: <https://www.gov.br/receita-federal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/beneficios-fiscais/programa-empresa-cidada/orientacoes>. Acesso em: 27.05.2023

possui poucos elementos capazes de promover a equidade de gênero no setor previdenciário. Com efeito, as recentes mudanças na legislação, especificamente a Reforma Previdenciária (Emenda Constitucional nº 103/2019), aumentaram os requisitos de idade para que as mulheres possam se aposentar. Embora esses requisitos permaneçam mais baixos do que os dos homens, ainda assim não há qualquer previsão sobre a concessão do benefício para as mulheres que realizam jornadas duplas - até mesmo triplas.

4. Considerações finais

Ao longo da presente exposição, buscou-se compreender como os processos de reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado são tratados no Brasil e na Argentina. Porquanto, o Brasil limita a proteção previdenciária ao trabalho produtivo e remunerado, ignorando o trabalho doméstico não remunerado, a Argentina reconheceu a importância do cuidado com os filhos e passou a considerá-lo como tempo a ser computado para aposentadoria. No caso do Brasil, restou demonstrada a ausência de mecanismos institucionais que abarquem essa categoria como trabalho tutelado, seja pelo Sistema Previdenciário, seja pela legislação trabalhista em vigor. O avanço na busca por reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado constitui uma tentativa de retirar da invisibilidade esse trabalho exercido predominantemente por mulheres. O Projeto de Lei nº 2.757/2021 de iniciativa da deputada federal Talíria Petrone representa o desenvolvimento de políticas públicas que buscam tutelar a parcela de trabalhadoras que se dedicaram ao cuidado materno.

Por outro lado, a inovação previdenciária argentina expressa a proteção estatal em prol das mulheres designadas a exercer o trabalho doméstico não remunerado. Com efeito, o estado argentino, por meio do Decreto

nº 475/2021, reconhece a importância das tarefas domésticas, especialmente durante a pandemia da COVID-19, destacando a desigualdade de gênero resultante da divisão desigual dessas atividades. Ao incluir o cuidado materno como parte do sistema previdenciário, a Argentina busca valorizar o trabalho das mulheres que se dedicaram ao cuidado dos filhos e da família, reconhecendo-o como contribuição para a sociedade.

Assim, no aspecto previdenciário, a Argentina oferece maior proteção às mulheres do que o Brasil. Enquanto a Argentina reconhece o cuidado materno como tempo de contribuição para a aposentadoria, a Reforma da Previdência brasileira estabelece requisitos mais elevados de idade para as mulheres se aposentarem, dificultando o acesso ao benefício para aquelas que realizam jornadas duplas ou triplas.

A busca pela paridade de requisitos previdenciários entre gêneros deve estar fundamentada em uma igualdade real no mercado de trabalho, com oportunidades iguais para homens e mulheres. Sem essa igualdade, a desvalorização do cuidado materno contribui para a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, dificultando a inclusão das mulheres e perpetuando a dependência financeira em relação aos homens.

Embora a esfera jurídica possa oferecer meios significativos para promover a proteção das mulheres, é fundamental uma mudança sociocultural mais ampla que questione a divisão do trabalho. Somente com uma transformação de entendimento sobre o trabalho doméstico não remunerado, e sua valoração adequada, será possível alcançar uma igualdade material e a verdadeira emancipação das mulheres na sociedade.

5. Referências

- Altamirano, Ayelén, et al. “La cuarta ola feminista.” *Oleada-Revista digital* (2018): 9-113.
- Barrancos, Dora. “Historia, historiografía y género: Notas para la memoria de sus vínculos en la Argentina.” *La aljaba* 9 (2005): 49-72.
- ARGENTINA. Decreto nº 475 de 17 de julho de 2021. Sistema Integrado de Jubilaciones y Pensiones, Lei nº 24.241. Modificación. Poder Ejecutivo Nacional, Buenos Aires/AR, 19 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.argentina.gov.ar/normativa/nacional/decreto-475-2021-352106/texto>. Acesso em 25.05.2023
- Ávila, Maria Betânia, and Verônica Ferreira. “Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil.” *Psicologia & Sociedade* 32 (2020).
- Barros, Ricardo Paes de, et al. “O trabalho doméstico infanto-juvenil no Brasil.” (2001).
- Bifano. “Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível.” *Cadernos de direito* 17.32 (2017): 409-438.
- Bruschini, Cristina. “Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?.” *Revista brasileira de estudos de população* 23 (2006): 331-353.
- Bruschini, Maria Cristina Aranha, and Arlene Martinez Ricoldi. “Revendendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico.” *Revista Estudos Feministas* 20.01 (2012): 259-287.
- Brites, Jurema Gorski. “Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas.” *Cadernos de pesquisa* 43 (2013): 422-451.
- Borges, Joana Vieira. “Trajetórias e leituras feministas no Brasil e na Argentina (1960-1980).” (2013).
- Cortazzo, Inés, and Patricia Schettini. “Uma pesquisa, na Argentina, sobre um velho fenômeno: a inclusão da mulher no trabalho.” *Mulher e Trabalho* 2 (2011).
- Cortés, José Miguel G. “Identidad, género y espacio urbano.” *Revista Concinnitas* 1.10 (2007): 20-33.
- Costa, Márcia da Silva. “Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira.” *Caderno Crh* 23 (2010): 171-190.
- da Silva, Deide Fátima, Maria das Dores Saraiva de Loreto, and Amélia Carla Sobrinho
- Díaz, Martha Susana. “O Mito DE EVA PERÓN.” *IMAGENS DA MULHER NA CULTURA CONTEMPORÂNEA*: 165.
- Durkheim, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Vol. 2. São Paulo: Martins fontes, 1977.
- Gonzalez, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura Brasileira.” SILVA, Luiz Antônio. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília, DF: Anpocs (1983): 223-244.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas de Gênero. Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil*. Informativo. Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <<https://cutt.ly/6Ulagx6>>. Acesso em 21.05.2023
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Women at work. Trends 2016*. Geneva: ILO, 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_458115/lang-pt/index.htm. Acesso em 27.05.2023
- Kergoat, Danièle. “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.” *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher (2003): 55-63.
- Kuhnen, Tânia Aparecida. “A ética do cuidado como alternativa à ética de princípios: divergências entre Carol Gilligan e Nel Noddings.” *Ethical International Journal For Moral Philosophy* 9.3 (2010): 155-168.
- Magliano, María José. “Las trabajadoras invisibles: experiencias laborales de mujeres migrantes en Argentina.” (2017).
- Marinho, Manuela. “Olhares femininos

sobre a ética: Carol Gilligan e Nel Noddings.” *Intervenção social* 29 (2004): 71-82.

Mensaje de Eva Duarte de Perón el 27 de enero de 1947 dirigido a la mujer argentina.

Disponível em: <https://www.peronistakirchnerista.com/doc/DISCURSOSDEEVITA.pdf> Acesso em 13 de junho de 2023.

Nobre, Miriam. “Trabalho doméstico e emprego doméstico.” *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho* (2004): 61.

Pinheiro, Luana Simões. “O trabalho nosso de cada dia: determinantes do trabalho doméstico de homens e mulheres no Brasil.” (2018).

Rangel, Patrícia Duarte. “Movimentos feministas e direitos políticos das mulheres: Argentina e Brasil.” (2012).

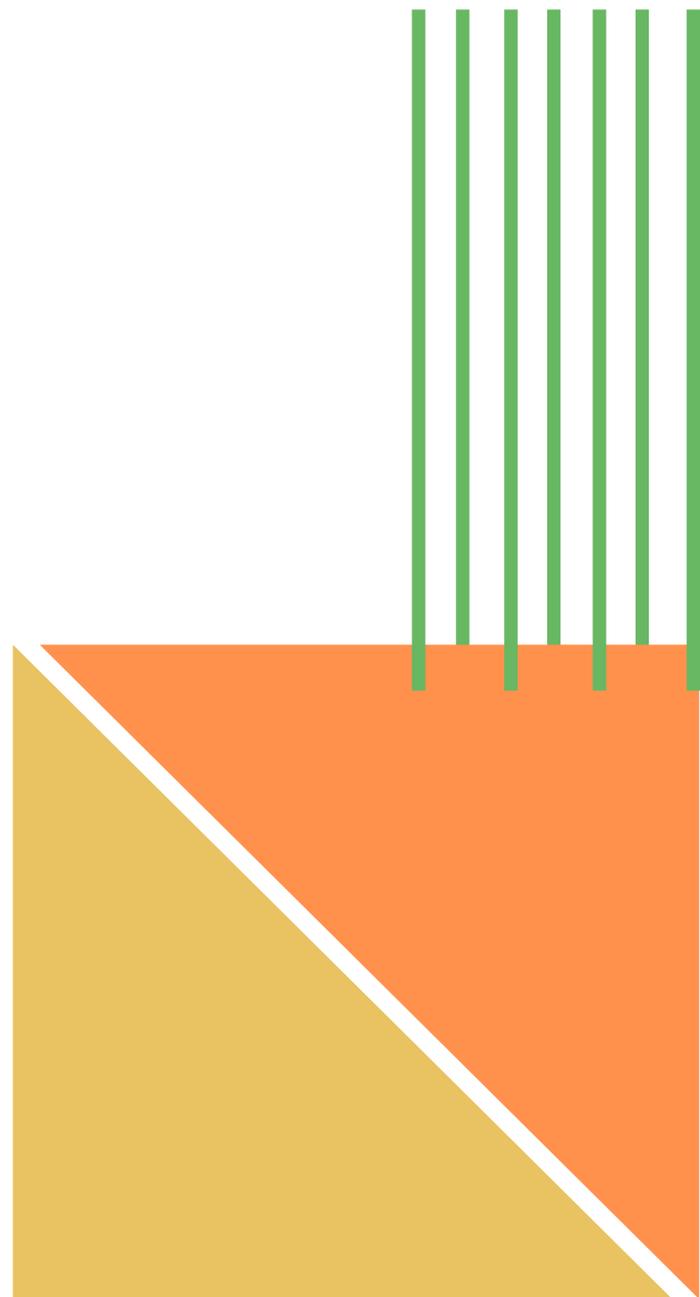
Renk, Valquiria Elita, Sabrina Pontes Buziquia, and Ana Silvia Juliatto Bordini. “Mulheres cuidadoras em ambiente familiar: a internalização da ética do cuidado.” *Cadernos Saúde Coletiva* 30 (2022): 416-423.

Rizek, Cibele Saliba, Isabel Georges, and Carlos Freire da Silva. “Trabalho e imigração: uma comparação Brasil-Argentina.” *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* (2010): 111-142.

Rodríguez Enríquez, Corina María. “Economía feminista y economía del cuidado: Aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad.” (2015).

Rodríguez Enríquez, Corina. “La organización del cuidado de niños y niñas en la Argentina y el Uruguay.” En: *El cuidado en acción: entre el derecho y el trabajo*. Santiago: CEPAL, 2010. LC/G. 2454-P. p. 115-142 (2010).

Valenzuela, María Elena, Lucía Scuro Somma, and Iliana Vaca-Trigo. “Desigualdad, crisis de los cuidados y migración del trabajo doméstico remunerado en América Latina.” (2020).



A indústria da tecnologia da informação e seus danos à organização do desejo individual

Luiza Tenan Vitor¹

Resumo

Considerando a indústria da tecnologia da informação como um dos pilares do poder e capitalismo no século XXI, o presente trabalho busca entender os efeitos e operações das indústrias de big tech e da operação de big data no comportamento e psique humana. Apesar de mencionar dados e relatórios, utiliza-se como metodologia a revisão bibliográfica de teorias complementares que perpassam os temas poder, tecnologia e organização do desejo individual, objetivando a construção de uma narrativa que ressalta a relevância da discussão.

Palavras-chave: Capitalismo de Vigilância; Big Techs; Psicopolítica.

Abstract

Considering the information technology industry as one of the pillars of power and capitalism in the 21st century, this work seeks to understand the effects and operations of the big tech industry and big data operations on human behavior and psyche. Despite mentioning data and reports, the bibliographical review of complementary theories that permeate the themes of power, technology and organization of individual desire is used as methodology in the construction of a narrative that demonstrates the importance of the discussion.

Keywords: Big Techs; Psychopolitics; Surveillance Capitalism.

¹ Graduanda em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Este trabalho é resultado da participação como pesquisadora voluntária na Cátedra Celso Furtado da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo entre os meses de outubro de 2021 e janeiro de 2022.

luizatenan@outlook.com

Introdução

O presente artigo foi construído a partir das reflexões expostas e dialogadas nos encontros coordenados pela Cátedra Celso Furtado da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo em torno do tema “Poder e Capitalismo no Século XXI”. A coleta e análise de relatórios e dados publicados por organizações de pesquisa, assim como de documentos que definem a geopolítica e geoeconomia dos países centrais auxiliou a construção de uma narrativa que consolidasse a tese norteadora das discussões em sala. Tese essa que mobiliza alguns pilares para entender que com a passagem do século XX para o século XXI, uma série de mudanças na economia de mercado e no capitalismo levaram a reconfiguração da vida em sociedade, do mundo do trabalho, da distribuição de renda e riqueza e a capacidade de ascensão econômica de uma população. Dentre estes pilares, se destacam as indústrias relacionadas às finanças; armas; energia; tecnologia da informação (big techs); fármacos e agronegócio. Os complexos de poder que sustentam o capitalismo no século XXI são também exemplos práticos dos conceitos abstratos que estão sendo discutidos teoricamente no âmbito da economia política.

Pensando a atuação dos grandes centros empresariais como organizadores da lógica da dinâmica de poder, têm-se o arranjo entre o funcionamento das big techs e as novas técnicas de poder despontadas pelo neoliberalismo. Ao tratar das mais prestigiadas empresas de tecnologia da informação, a presente pesquisa invoca como problema seus danos à organização do desejo individual e da sociedade como um todo.

Destarte, resgata-se o entendimento de psicopolítica, conceito desenvolvido pelo filósofo e ensaísta sul-coreano Byung-Chul Han, fundamental para dissertar acerca das consequências do fortalecimento do complexo político-empresarial da tecnologia. O termo psicopolítica refere-se a representação de uma fusão entre a psicologia e a política, buscando entender como o poder atua por meio do controle e da influência psicológica sobre os indivíduos. Articulando o neoliberalismo às novas técnicas de poder, o autor cunha que “O poder está precisamente onde não é posto em evidência. Quanto maior é o poder, mais silenciosamente atua. Ele se dá sem ter que apontar ruidosamente para si mesmo.” (HAN, 2020, p. 25). Com o salto do setor de tecnologia da informação e comunicação no último século, a capacidade de comunicação com o mundo inteiro se mostrou tão auspiciosa que o lado danoso do uso das redes sociais, por exemplo, foi esquecido. A negligência com o fato de que aplicativos e gadgets são produzidos por empresas lucrativas esconde o fato de que os dados coletados a todo momento pelas big techs — grandes proprietárias dos dados — transformam informações pessoais em mercadoria, produzindo algoritmos que localizam grandes padrões de comportamento e gosto e liderando uma forma de atuação silenciosa do poder.

A presente pesquisa parte da constatação de que a tecnologia da informação não está apenas a serviço da troca de informações, mas é sobretudo um bem privado a serviço da articulação entre os donos do poder e os donos do dinheiro, entre a acumulação de poder e a acumulação de capital. O alcance das empresas de tecnologia é significativo. Segundo dados da We Are Social, em janeiro de 2022, dentre a população total de 7,91 bilhões de pessoas, 5,31 bilhões, ou seja, 67,1% tem um celular próprio e 4,62 bilhões (58,4%) usam redes sociais diariamente.

Dentre as plataformas mais usadas pela população mundial, está em primeiro lugar o Facebook, recentemente tornado parte do grupo Meta², que também inclui o Instagram, Whatsapp, e outras marcas. Em estudo quantitativo, demonstra-se que a audiência potencial alcançada pelos anúncios (ads) dispostos no Facebook é de 2,11 bilhões, o que significa que 2,11 bilhões de usuários são alcançados ou conquistados através das chamativas propagandas. Isto é, 26,7% da população está suscetível ao marketing estruturado pela Meta³.

Nesse ínterim, o presente artigo perpassa as principais referências sobre poder nas áreas da sociologia e filosofia para o entendimento da operação de poder das big techs. De Foucault à Deleuze, questiona-se: com quais assertivas se cria e opera um modelo sobre o poder?

O ciclo de funcionamento das Big Techs

Com o salto do setor de tecnologia de informação e comunicação no último século, a capacidade de comunicação com o mundo inteiro se mostrou tão auspiciosa que o lado danoso da tecnologia da informação foi obscurecido. Apesar dos avanços significativos no setor de tecnologia da informação e comunicação ao longo do último século, o lado prejudicial dessas inovações tem sido frequentemente negligenciado. A falta de conhecimento de que redes sociais, serviços de pesquisa, gadgets, entre outros, são mediados por empresas lucrativas esconde o fato de que os dados coletados a todo momento pelas big techs transformam informações pessoais em mercadoria, produzindo algoritmos que localizam minuciosamente padrões de comportamento e gosto.

2 A Meta Plataformas, Inc. é um conglomerado de tecnologia e mídia social fundado por Mark Zuckerberg e outros. Além de sua extensa plataforma de redes sociais que incluem Facebook, Facebook Messenger, Facebook Watch, Facebook Portal, Instagram, WhatsApp, Oculus VR, Giphy e Mapillary, a empresa oferece outros produtos e serviços.

3 Todos os dados citados no artigo consideram relatórios e pesquisas concluídas até o ano de 2020.

Pensando nessas ferramentas como frutos de um complexo empresarial, entende-se que as big techs funcionam em um ciclo de organização, refinamento e distribuição de um produto, que são as informações sobre os usuários. Para esclarecimento dos termos, a etapa que envolve a coleta, organização e análise da informação é conhecida como big data. Depois disso, com os dados refinados, são detectados padrões de comportamento no que se chama de data science. Por fim, a distribuição desses dados é feita no que se entende como data analytics, processo que ao interpretar os padrões de comportamento, aplica esses padrões em decisões sobre publicidade, por exemplo, através dos algoritmos⁴.

No entanto, para que uma big tech tenha um algoritmo mais refinado e preciso, é necessário que um grande número de informações sejam elaboradas. Essa concentração de informações divide os diferentes tipos de consumo dentro das redes. Assim, criam-se bolhas de gostos e padrões similares entre os usuários das redes que dificultam que os usuários entendam e consigam olhar para a sociedade como um complexo de múltiplas opiniões e gostos, o que implica na organização social. Apenas essa breve nomeação do processo de mercantilização da informação esclarece como os que aderem ao uso das tecnologias da informação estão diante de uma era da vigilância permanente, em que tudo que é compartilhado ou comunicado se torna mercadoria.

O big data, entendido por Shoshana Zuboff, autora de “A era do capitalismo de vigilância”, como componente fundamental de uma nova lógica de acumulação, deságua e corrobora com uma nova forma de capitalismo, nomeada capitalismo da vigilância. Produzindo receitas de mercado, essa nova forma modifica o comportamento humano em prol da acumulação de informação.

⁴ Em definição simplificada, algoritmo é uma sequência de ações ou procedimentos padronizados que visam obter solução para um problema. Os algoritmos são responsáveis por processar grandes volumes de informações em pouco tempo.

Nós, dispositivos de Vigilância

Ao propor o conceito de capitalismo de vigilância, Zuboff (2020) trata da mudança comportamental dos indivíduos que, voluntariamente, se dispõem a fornecer gratuitamente informações sobre onde habitamos, sobre o que nos questionamos, que lugares frequentamos, etc., para grandes empresas. Nesse processo, a experiência humana foi e está sendo mercantilizada. As novas formas de concentração de riqueza e de conhecimento marcam, sem precedentes, a mutação do capitalismo para uma nova fase. Em definição exata, o capitalismo de vigilância é “Uma nova ordem econômica que reivindica a experiência humana como matéria-prima gratuita para práticas comerciais dissimuladas de extração, previsão e vendas” (ZUBOFF, 2020, p. 14).

Nessa nova ordem econômica, a experiência humana é usada como matéria-prima para práticas comerciais, colocando em ameaça a democracia de mercado - por comprometer a liberdade, a autonomia e a igualdade de oportunidades, além de minar a esfera pública. Algumas das razões pelas quais Zuboff defende a perspectiva de que o capitalismo de vigilância representa uma ameaça para a democracia de mercado estão pautadas na (i) assimetria de poder gerada pelas empresas de tecnologia em relação aos usuários; (ii) manipulação de comportamento através de técnicas de persuasão comportamental para influenciar escolhas e opiniões dos usuários - além disso, a coleta e análise massiva de dados podem permitir que interesses políticos e econômicos moldem a opinião pública e influenciam os resultados das eleições; (iii) erosão da esfera pública a partir das bolhas, ou, mais especificamente, das interações cada vez mais filtradas e personalizadas de acordo com interesses comerciais; (iv) concentração de poder, considerando que as grandes empresas de tecnologia têm poderio econômico e político significativo, podendo influenciar regulamentações em

seu próprio benefício e em detrimento da concorrência e inovação - o que pode sabotar a diversidade e a vitalidade do mercado.

De forma complementar, tecendo uma crítica política da tecnologia, o pesquisador bielorusso Evgeny Morozov entende a tecnologia digital como “um emaranhado confuso de geopolítica, finança global, consumismo desenfreado e acelerada apropriação corporativa dos nossos relacionamentos mais íntimos.” (MOROZOV, 2018, p. 7). Morozov analisa que aplicativos como Uber e Airbnb, por exemplo, são capazes de desconstruir legislações trabalhistas ou modificar a valorização de imóveis no mercado. Desse modo, o processo de digitalização dos afazeres diários parece desaguar em enfraquecimento estatal e contínua privatização destes serviços.

Em resgate histórico, tem-se que a partir do desenvolvimento da mídia analógica, que vai desde a invenção da imprensa no século XV até o ano de 2004, a tecnologia da informação permitiu a comunicação em larga escala. No entanto, com distribuição controlada por empresas de mídia de massa e pelos governos, incentivada a manter uma ampla rede de contatos. Com a chegada da Web 2.0⁵ e das mídias sociais no começo do século XXI, tornou-se cada vez mais fácil o acesso à essa rede de comunicação mundial. A diferença entre esses dois momentos está na distribuição, que atualmente é controlada por empresas de tecnologia e algoritmos incentivadas a mapear e mobilizar o público em prol de vendas e publicidade, principalmente. Em relatório financeiro de 2020 disponibilizado pela Meta em seu próprio site, têm-se que:

5 Termo usado a partir de 2004 para indicar um novo momento do uso da internet. É quando iniciam-se novas comunidades e serviços que usam a Web (teia, rede ou sistema de documentos em hipermídia que são interligados e executados na Internet) como plataforma.

Geramos substancialmente todas as nossas receitas de publicidade. Nossa receita de publicidade é gerada exibindo produtos de anúncios no Facebook, Instagram, Messenger e sites afiliados de terceiros ou aplicativos móveis. Os profissionais de marketing pagam pelos produtos publicitários diretamente ou por meio de seus relacionamentos com agências de publicidade ou revendedores, com base no número de impressões entregues ou no número de ações, como cliques, realizadas pelos usuários. Reconhecemos a receita da exibição de anúncios baseados em impressões no período contratado em que as impressões são entregues. As impressões são consideradas entregues quando um anúncio é exibido para um usuário. Reconhecemos a receita da entrega de anúncios baseados em ação no período em que um usuário realiza a ação contratada pelo profissional de marketing. (META, 2020. Annual Report 2020. Tradução minha).

Conforme argumentado por Thomas Piketty em *O capital no século XXI*: “Não existe uma variante única do capitalismo ou da organização da produção [...]. Isto sem dúvida continuará valendo para o futuro, pois novas formas de organização e de propriedade ainda estão para ser inventadas” (PIKETTY, 2014, p. 483). Nesse sentido, uma das grandes forças do modelo capitalista é a facilidade de adaptação e reconversão. Os usuários das redes, gadgets, da internet, etc. tornam-se dispositivos de vigilância pois têm as interações digitais tratadas como matéria-prima para o capitalismo de vigilância. As empresas coletam esses dados para segmentar anúncios, personalizar conteúdo, influenciar nossas escolhas e comportamentos, e até mesmo vender essas informações para terceiros. Zuboff argumenta que, ao ser constantemente monitorado e utilizado como fonte de dados, o usuário perde a capacidade de agência e torna-se subserviente aos interesses comerciais das empresas de tecnologia.

Novas estruturas de dominação

Historicamente, a partir da consolidação do capitalismo as relações e classes, que eram estáticas, passaram a ser passíveis de ascensão. Enquanto no feudalismo tanto o servo

quanto o senhor da sociedade estamental nasciam e morriam dentro do mesmo espaço social compondo uma mesma classe social portoda a vida, como o advento do capitalismo surge a possibilidade de ascensão social.

O surgimento da moeda, junto do capitalismo, permite que o dinheiro seja guardado para o depois. Ao separar o momento da venda e o momento da compra, consequentemente, constrói-se uma noção moderna de futuro a partir da ideia de poupar. Assim, o planejamento e reflexão sobre a própria trajetória de vida reinam no sujeito capitalista que é dotado de auto reflexão e tem a capacidade de planejar como ele pretende conduzir sua própria vida para melhorar sua posição social no futuro. A possibilidade de mobilidade social faz o modelo capitalista parecer envolvente e promissor, o que legitima o processo de acumulação do capital e faz a disputa pela riqueza se transformar em algo fundamental.

Na atualidade, as mudanças tecnológicas no mundo do trabalho são um dos fatores responsáveis por fazer com que menos pessoas possam participar dessa mobilidade social e da capacidade de ascender, o que faz com que o capitalismo se pareça com o modelo feudalista. O desejo e a insatisfação constante levam o consumo a ser um meio de auto-identificação. Determina-se a necessidade de consumo enquanto o mercado oferece o que as pessoas realmente desejam. No entanto, essas transformações tecnológicas supracitadas parecem ser favoráveis, mas podem dificultar a ascensão social, o que causa desilusão, pessimismo, desencantamento para com as expectativas de construção e realização de seus desejos.

Ainda, a partir das reflexões de Fernand Braudel (1987) infere-se o capitalismo como realidade de ordem política, social e até civilizacional, realidade esta na qual são traçadas dinâmicas de poder econômico e político a partir da reciprocidades entre os países centrais e as periferias. Tal entendimento é construído a partir da teoria dos

sistemas-mundo, desenvolvida por Wallerstein (1999).

O autor argumenta que com a chegada da modernidade, a introdução da moeda e o crescimento das cidades, iniciou-se um modo de organização orientado pelo consumo. Nesse sentido, o mercado estabelece uma fronteira entre o que está inserido nele, com valor de troca, e o que está fora do mercado, em oposição, com valor de uso. De Foucault à Deleuze, questiona-se: com quais assertivas se cria e opera um modelo sobre o poder? Para Deleuze, o entendimento de poder seria composto pelos pensamentos de Nietzsche, Espinosa e Foucault. Nas análises foucaultianas sobre poder, tecendo um paralelo com a filosofia, o entrelaço de poder e capitalismo é apontado criticamente:

O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a ideia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações, mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado. Portanto, o problema não é de construir uma teoria do coordenado. Portanto, o problema não é de construir uma teoria do poder (...). (FOUCAULT, 2017, p. 248).

Utilizando-se do método genealógico que foi empregado por Nietzsche em sua análise dos valores, em *Microfísica do Poder* (2017) Foucault procura complementar suas investigações acerca das condições histórico-filosóficas de existência das ciências do homem, situando-as em relação a outros saberes da modernidade — com uma genealogia do poder que explicasse o aparecimento dos saberes sobre o homem como elementos de um dispositivo de natureza política, como peças de relações de poder. Na obra, o autor rejeita a identificação entre poder e aparelho de Estado, dando maior importância a rede de poderes moleculares que se expande por toda a sociedade.

Em contrapartida, Deleuze afirma que não estamos mais numa sociedade de controle como foi descrito por Foucault, mas nomeia o momento do século XXI

através do conceito de “sociedade de controle”. Esta, atua através de redes orientadas por códigos e senhas, empresas imateriais e principalmente através da transformação do indivíduo ocasionada pelas novas dinâmicas de poder. Nas sociedades de controle, a temporalidade também se modifica.

Além da noção de sociedade do controle cunhada por Deleuze, tem-se a noção de sociedade do cansaço cunhada por Byung-Chul Han (2017). O autor descreve a passagem de uma sociedade disciplinar, marcada pela negatividade, controle e alteridade para uma sociedade do cansaço, desempenho, esgotamento e positividade extrema, excesso de estímulo e informação. A partir do entendimento da sociedade de cansaço, Han compreende que com o passar do tempo tem-se a transformação do sujeito em projeto. Resgatando a origem etimológica do termo sujeito, que deriva do latim *subjectus*, a palavra trata da ideia de sujeito sujeitado, submetido à certas regras na relação com o outro. Essa noção de alteridade, um outro com quem o sujeito se relaciona, impõe limites de atuação.

Na apreensão de Han (2020) esse campo de atuação em relação ao outro é rejeitado pela sociedade neoliberal, visto que o modelo neoliberal almeja a substituição das instâncias de negatividade por instâncias de positividade plena a partir da colocação do sujeito como projeto; sempre inacabado, contando com o devir. A proposta de eterna continuidade e realização, sem término específico, mantêm o ciclo eterno da produtividade e da realização constante e mantêm o sujeito como um alguém não realizado, como um projeto que não tem como ser alcançado.

Ao mesmo tempo, o bom êxito da extração de dados é conseguido graças à gratuidade dos serviços, que, em profundidade, são financiados pela venda dos dados dispostos à empresa. A inteligência do sistema neoliberal se dá na relação com esses sentimentos. Segundo

Byung-Chul Han, “quem fracassa na sociedade neoliberal de desempenho, em vez de questionar a sociedade ou o sistema, considera a si mesmo como responsável e se envergonha por isso”. (HAN, 2020, p. 16). Comparada às sociedades de soberania, dos séculos XVI e XVII e disciplinar, dos séculos XVIII e XIX, a sociedade de controle permite que o ser seja *dividual* e as instituições que compõem esse novo modelo de sociedade dos séculos XX e XXI imponham desejos, naturalizando um certo *modus operandi* a partir do desejo. Essa estrutura de dominação, para além das instituições, conta com a diferença na percepção da espacialidade e temporalidade bem como com a atualização das formas econômica, social e política. No contexto da sociedade de controle, a espacialidade é afetada pela proliferação dos dispositivos tecnológicos e da conectividade constante. As fronteiras físicas estão se tornando menos relevantes à medida que as pessoas podem se comunicar, trabalhar e interagir virtualmente, independentemente da sua localização geográfica. Isso cria uma sensação de ubiquidade, onde a presença física perde importância em favor da presença digital. A presente era é caracterizada pela aceleração e instantaneidade, e com a internet permite-se o acesso imediato a informações, comunicação instantânea e gratificação instantânea. Essas transformações na espacialidade e temporalidade têm implicações na dinâmica de poder e controle. A sociedade de controle utiliza essas mudanças para impor seus desejos e padrões de comportamento, reforçando uma certa lógica de funcionamento baseada na velocidade, na eficiência e na constante disponibilidade.

Ainda, segundo Byung-Chul Han, o fascínio pela produtividade a todo instante torna o sujeito um servo do desempenho, um “servo absoluto, na medida em que, sem nenhum senhor, explora voluntariamente a si mesmo” (HAN, 2020, p. 10). Nesse sentido, as

liberdades individuais conquistadas são exploradas obstinadamente. Em *A Ideologia Alemã* (2001), ao tratar da divisão do trabalho e da transformação das forças pessoais em forças materiais, Marx coloca que é a partir do viver em comunidade que a liberdade pessoal é possível. (MARX, ENGELS, 2001).

No entanto, resgatando a perspectiva foucaultiana sobre biopoder, nota-se que o sujeito psicossocial é somente mais um elemento de mercado:

Pela primeira vez na história o biológico reflete-se no político. Mas o que se poderia chamar de limiar da modernidade biológica de uma sociedade se situa no momento em que a espécie entra como algo em jogo em suas próprias estratégias políticas. O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão. (FOUCAULT, 2001, p. 155).

Em entrevista concedida a Toni Negri no ano de 1990, Gilles Deleuze discorre sobre o movimento de entrada para as sociedades de controle. Segundo o autor, estudioso da obra de Michel Foucault, estaríamos entrando numa era que funciona não mais por confinamento, como era entendida a sociedade disciplinar, mas por controle contínuo e comunicação instantânea. Ainda, Deleuze comenta que “talvez a fala, a comunicação, estejam apodrecidas” (DELEUZE, 2017, p. 221) e que “é preciso um desvio da fala”, (Ibidem) momentos de não-comunicação para escapar do controle. Enquanto as redes sociais convidam seus usuários, a todo momento, a compartilhar e curtir incessantemente o que lhes agrada, a fala de Deleuze se faz lúcida. Nesse caso, esse mecanismo de extração de dados utilizado a favor do poder pelas big techs consegue ser extremamente opressor à medida que é sorrateiro, quase invisível.

Psicopolítica

Apoiado principalmente na filosofia, em obras de filósofos como

Heidegger, Deleuze e Foucault, mas também na sociologia e psicologia, o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han tem sua obra voltada para questões psico-sociais contemporâneas. Em *Psicopolítica*, analisa as novas técnicas de poder do capitalismo angariando suas influências na vida psíquica. Para o autor, a psicopolítica é uma técnica de dominação que seduz homens e mulheres para que estes se submetam às forças de dominação neoliberais. Ao longo da obra, a noção de psicopolítica é construída de acordo com algumas expressões que definem o funcionamento invasivo da internet e dos smartphones, mostrando que esse novo tipo de controle incide não só sobre os corpos, mas principalmente sobre as mentes.

Originariamente, psicopolítica é uma derivação do termo biopolítica, usado por Foucault para tratar de sociedades disciplinares focalizadas no controle dos corpos. Apesar de reconhecer sua relevância no campo, Han critica a ideia apontando que esta é incapaz de interpretar as sociedades neoliberais. Considerando as formas de entendimento sobre poder mencionadas, a psicopolítica mobiliza a emoção: são feitas pequenas manipulações a partir de um sistema de recompensas. Uma dessas novas formas de poder é explorada pelas big techs, como demonstrado até aqui. A possibilidade infinita de conexões e informações disponibilizadas pelos gadgets e redes sociais atua diretamente na carência, fazendo os usuários pensarem que são verdadeiramente livres enquanto acessam a internet. Ter um smartphone em mãos convida, constantemente, a comunicar e compartilhar imagens e informações sobre opiniões e desejos.

Han define essa constante exposição de informações como um “panóptico digital”. Diferente do panóptico benthamiano⁶, o digital tem

6 O panoptismo foi iniciado por Jeremy Bentham no século XVIII e foi um modelo de prisão circular que permite que o observador, localizado numa torre central, possa enxergar todas as celas ao mesmo tempo.

pontos cegos, como se fossem brechas onde os pensamentos e desejos mais subjetivos são percebidos, afinal, o monitoramento das redes e apps é feito com colaboração dos usuários, voluntariamente e livremente, o que permite a construção de um panorama bem findado da consciência humana. Ao desvendar padrões de consumo e interesses a todo momento, a capacidade de investigação dos big data é imensurável. Han insiste: “Os big data talvez tornem legíveis aqueles nossos desejos dos quais nós mesmos não estamos totalmente conscientes” (HAN, 2020, p. 88)⁷.

O perigo iminente do dataísmo é a propensão ao totalitarismo digital. As ferramentas de big data e data mining são comumente usadas no planejamento e execução de campanhas políticas e até para o acompanhamento do eleitorado por meio do micro-targeting. Nessas situações que interferem diretamente na formação de opinião, ou seja, no mínimo de livre arbítrio de cada sujeito, é clara a desvalorização do cidadão, que é tratado como mero consumidor. Segundo Han, o data mining e os big data revelam “um campo de ação estruturado de maneira inconsciente” e tornariam visíveis “microações que escapariam à consciência” (HAN, 2020, p. 89). Os clientes das empresas são os anúncios publicitários enquanto os usuários são os produtos vendidos. Para garantir sucesso, um anúncio publicitário precisa de muitos dados disponíveis. Esse é o mercado que negocia os gostos, escolhas e o futuro humano, inclusive no âmbito político. Ao tratar desse novo modelo econômico, Han menciona a passagem do capitalismo industrial para um capitalismo imaterial:

7 Outra definição importante cunhada por Han é a de dataísmo, termo emprestado por David Brooks, que trata da ideia de que tudo o que pode ser medido, deve ser. A ideia pode ser entendida como um segundo iluminismo, visto que entende a captação de números e dados de forma sempre positiva.

8 A mineração de dados denomina o processo de exploração dos dados coletados à procura de padrões, sequências, subconjuntos, entre outros.

[...] no regime neoliberal não existe um proletariado ou uma classe trabalhadora que seria explorada pelo proprietário dos meios de produção. Na produção imaterial, de um jeito ou de outro, cada um possui seu próprio meio de produção. O sistema neoliberal não é mais um sistema de classes em sentido estrito. Ele não se constitui por estratos antagônicos da sociedade. É aí que reside a estabilidade do sistema (HAN, 2020, p. 15).

Nesse ínterim, o sujeito se torna o que o autor nomeia de *quantified self*, processo em que a subjetividade dos que acessam a internet e usam aparelhos celulares é transformada em um conjunto de dados obtidos através de gadgets, relógios inteligentes e aparelhos eletrônicos de mapeamento das funções corporais e mentais, vendidas com o intuito de otimizar e maximizar essas funções transformando o indivíduo em um projeto perfeito. O próprio poder de escolha a nível democrático é afetado por essas ferramentas que são capazes de gerar e distribuir notícias falsas em poucos segundos. As disputas de poder se amparam em estratégias discursivas e mobilização de afetos políticos. A partir da possibilidade de atualização da página para consumir algo novo, por exemplo, têm-se um tipo de reforço intermitente positivo. É uma tecnologia persuasiva que tem a função de implantar um hábito inconsciente.

Ao contrário das sociedades disciplinares, os usuários são seduzidos, atraídos pelo consumo e prazer. É marcada a passagem da biopolítica, que empreende seus esforços sobre o corpo, para a psicopolítica, que faz isso com a psique. Nesse sentido, o poder assume silenciosamente sua forma mais desenfreada, dominando os sujeitos de forma inconsciente.

Considerações Finais

Ao mesmo tempo que a indústria de big data emergiu como um dos pilares do poder e do capitalismo no século XXI, esta também foi moldada pelas forças geopolíticas e geoeconômicas mais amplas que orientam a economia global.

Ao longo dos anos, relatórios e bancos de dados, bem como os documentos fundamentais que definem a geopolítica e a geoeconomia dos países centrais, desempenharam um papel significativo na formação da narrativa em torno do impacto da indústria de tecnologia da informação na psicologia humana.

A partir da observação destes, em conjunto com a revisão bibliográfica aprofundada das obras mencionadas, têm-se um panorama geral de como e por que a indústria de tecnologia da informação traz danos à organização do desejo individual — panorama esse que confirma a hipótese gerada pelo próprio título do trabalho. Conclui-se que o desenvolvimento da Web 2.0 e a proliferação de plataformas de mídias sociais deram origem a uma nova forma de esfera pública, na qual os indivíduos podem compartilhar seus pensamentos e opiniões com um público global. Isso levou ao surgimento de uma nova forma de poder político, baseada na capacidade de moldar a opinião pública e influenciar as decisões dos governos e outras instituições. Cada vez mais os dados se tornaram uma mercadoria valiosa, empresas e governos procuraram coletar, armazenar e analisar grandes quantidades de informações sobre indivíduos e organizações. No processo, estes criaram uma nova forma de poder, baseada na capacidade de acessar, interpretar e manipular dados.

É notável o caso estadunidense, país que há muito tempo é líder no desenvolvimento de tecnologia da informação e têm desempenhado um papel significativo na formação do mercado global de dados e análises. O caso do Facebook, agora pertencente à Meta, foi usado como exemplo por ser a plataforma social mais usada do mundo. Segundo dados da We Are Social, são cerca de 2 bilhões e novecentos mil usuários ativos por mês (anexo 1). Ainda, enquanto os usuários ativos no Facebook somam cerca de 36,8% da população mundial, 73,9% desse total é entendido como audiência

atingida pelos anúncios (ads) expostos no site.

Durante a última década, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou diversos relatórios de recomendação de gestão de riscos de segurança digital e diretrizes para a proteção de privacidade e fluxos transfronteiriços de dados pessoais. Todavia, os esforços não são suficientes para impedir as principais empresas de tecnologia do mundo de continuarem a expandir seus lucros. O fator geopolítico colabora para a lucidez sobre a distribuição desses investimentos. Segundo relatório produzido em 2018 pelo Visual Capitalist (anexo 2), as vinte principais empresas de tecnologia são chinesas ou estadunidenses. No topo da lista, está a Apple, avaliada em 915 bilhões de dólares.

De toda maneira, faz-se clara a colocação de Braudel (1987) que diz que o capitalismo se passa naquela antessala em que se encontram os donos do dinheiro e os donos do poder. A facilidade de adaptação do capitalismo, supracitada quando tratava-se do sujeito como dispositivo de vigilância, é mensurável ao observar, sorrateiramente, alguns dados. Como tal, resta continuar a examinar e analisar relatórios e bases de dados, bem como os documentos fundamentais que moldam a narrativa em torno do impacto da indústria de tecnologia da informação na psicologia humana.

Referências

- BRAUDEL, Fernand. A dinâmica do capitalismo. Rio de Janeiro, Rocco, 1987.
- BRUNO, Fernanda (org). Tecnopolíticas da vigilância. São Paulo, Boitempo, 2018.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. Rio de Janeiro, Graal, 2001.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2017.

FRASER, Nancy e JAEGGI, Rahel. Intersecções: perspectivas para um capitalismo pós-racista e pós-sexista. In: Capitalismo em debate. São Paulo: Ed. Boitempo, 2020.

GILLES, Deleuze. Conversações. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2017.

HAN, Byung-Chul. Psicopolítica - o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Ed. Ayiné, 2020.

HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Petrópolis: Ed Vozes, 2017.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins fontes, 2001.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 edições, 2018.

META, <https://investor.fb.com/financials/?section=annualreports>

MOROZOV, Evgeny. Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

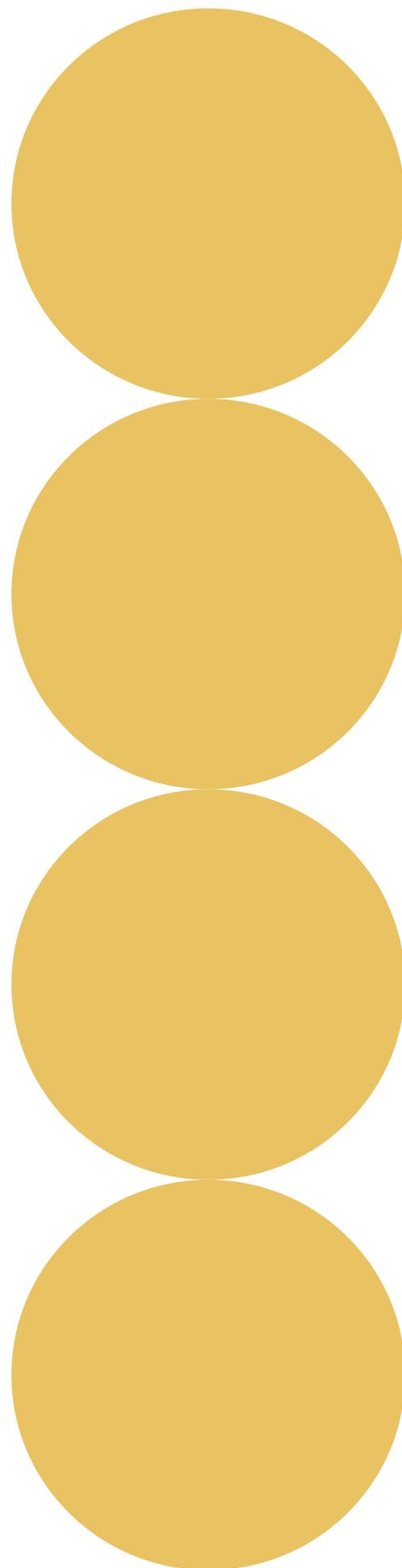
OECD (2022), Internet access (indicator). doi: 10.1787/69c2b997-en. Accessed on 27 October 2022

PIKETTY, Thomas. Capital in the twenty-first century. Cambridge, Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu (org). A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes sociais. São Paulo, Hedra, 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social Hoje. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca 2020.



O progressismo econômico do II Plano Nacional de Desenvolvimento e seus efeitos positivos na economia brasileira¹

Mateus Fraga Maresch

O complexo fenomênico que envolve o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) é, para dizer o mínimo, ambíguo. De um lado, o governo Geisel pode ser considerado o último dos desenvolvimentistas latino-americanos e o mais acabado realizador da proposta industrializante da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). De outro, as condições históricas que o II PND propiciou ao período subsequente – os anos 1980 – foram marcadas por crise e indefinição dos caminhos do desenvolvimento¹. O presente artigo introduz uma análise mais pormenorizada dos fatos e dados históricos que sustentam uma percepção mais positiva do II PND.

1. O tipo de ajuste escolhido

O II PND tinha como objetivo sobrepujar um determinado desafio histórico. A primeira avaliação positiva que é possível da política econômica de Geisel está, justamente, no caminho escolhido para cumprir essa missão. Tal caminho denota um progressismo nas concepções econômicas com reflexos positivos para a economia. Para clarificar a questão, expomos a seguir qual era este desafio e quais alternativas foram propostas para enfrentá-lo.

1.1. O desafio histórico que deu ensejo ao II PND

O desafio histórico que deu ensejo à elaboração do II PND era bifacetado. A

primeira face pode ser considerada de natureza endógena: a crise do padrão de acumulação com base na produção de bens de consumo duráveis. A segunda, por sua vez, tinha natureza exógena: o primeiro choque do petróleo².

Durante certa etapa da história econômica do Brasil, o padrão brasileiro de acumulação capitalista esteve baseado na produção de bens de consumo duráveis. O chamado “milagre econômico” corresponde justamente ao auge desse período, experimentado entre os anos de 1968 e 1973 e com uma taxa média de 11,1% de crescimento do PIB ao ano³. Sob este paradigma, a indústria brasileira cresceu e contou com possibilidades de exportação suficientemente grandes para garantir tanto (i) superávits a favor do Brasil na balança comercial quanto, por conta disso, (ii) a reprodução do ciclo via importação de petróleo e derivados; de matérias-primas; de bens intermediários e de bens de capital⁴.

O recurso à poupança externa foi utilizado como lubrificante financeiro desse ciclo: o superministro da economia de então – Antônio Delfim Netto –, atraído pela poupança fácil e barata⁵

¹ FIORI, José Luis. Reforma ou sucata: o dilema estratégico do setor público brasileiro. Belo Horizonte: Revista Nova Economia, v. 3, n. 1, set. 1993. p. 68.

² Embargo imposto pela Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) aos países ocidentais, como forma de reação ao apoio explícito dos Estados Unidos a Israel depois da guerra do Yom Kippur.

³ IPEA. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. Texto para discussão. p. 7.

⁴ MANTEGA, Guido. O governo Geisel, o II PND e os economistas. EAESP/FGV/NPP - Núcleo de Pesquisas e Publicações. Relatório de pesquisa Nº 3, 1997. p. 30-31.

⁵ Os principais atrativos para essa via de financiamento eram: (i) enorme volume de crédito ofertado pelos estrangeiros; (ii) suas baixas taxas de juros; (iii) subdesenvolvimento do mercado privado nacional para o crédito de longo-prazo; e (iv) facilidades que as filiais das multinacionais (cuja participação no “milagre” brasileiro dos bens duráveis foi expressiva) obtinham captando crédito junto às suas matrizes. Cf. CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. Texto para Discussão. IE/ UNICAMP, n. 24. 1993, p. 5.

que os centros financeiros da Europa e dos Estados Unidos estavam ofertando ao mundo subdesenvolvido nos anos 1960 e 1970¹, e alegando um suposto hiato de recursos internos², estimulou o endividamento externo dos agentes brasileiros para concretizar esse padrão de investimentos³. Tais estímulos vieram sobretudo por meio da Resolução Nº 63 do Banco Central⁴ e de uma revisão da Lei nº 4.131 de 1962⁵, as quais permitiram a

1 Essa oferta se explica pelo fato de que os capitalistas financeiros do mundo desenvolvido precisavam, naquela etapa, exportar capital e dominar mercados periféricos que ainda não estivessem congestionados pela superprodução capitalista. Cf. CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. As origens da dívida. Lua Nova Revista de Cultura Política. V.1. N.2. setembro de 1984, p. 41-42.

2 (CRUZ, 1993, p. 04). Cf. CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira do pós-guerra. Economia e Sociedade, Campinas, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 66-81, 2016, p. 69).

3 (MANTEGA, 1997, p. 30), (CRUZ, 1993, pp. 03-04), (CRUZ 2016, p. 73). BOARATI, Vanessa. A defesa da estratégia desenvolvimentista II PND. História Econômica e História de Empresas, São Paulo, VIII, 1, p. 163-193. 2005, p. 184: "A fim de defender o endividamento externo, Del-fim Netto escreveu: 'Assim, investimentos quando feitos por empresários nacionais obrigam a sociedade a poupar, reduzindo consumo. Por outro lado, quando realizado por empresário estrangeiro, a sociedade realiza o investimento e ainda não precisou se abster de consumo, uma vez que o investimento foi feito com poupança externa. [...] Quando, portanto, o objetivo é maximizar a taxa de desenvolvimento com menor redução possível de consumo presente, a utilização de capital estrangeiro se qualifica como um recurso viável. [...] Se o objetivo é maximizar a taxa de desenvolvimento com maior sacrifício social possível, não existe razão para utilizar o capital estrangeiro; se o objetivo é manter o status quo da economia, seria tolice pensar nele; se o objetivo é realizar o desenvolvimento socializando os meios de produção, a sua utilidade só deve ser reconhecida depois que os socialistas estiverem no poder; se o capital é abundante e se as poupanças são tantas que não temos como utilizá-las, devemos excomungá-lo (o capital estrangeiro). O que não é possível, entretanto, é pretender com honestidade, maximizar a taxa de desenvolvimento com menor custo social presente e, simultaneamente, ignorar as possibilidades de importação de poupanças externas. Ou melhor, é possível, mas pouco prático e ainda menos inteligente".

4 "O BANCO CENTRAL DO BRASIL [...] RESOLVE: I - Facultar aos bancos de investimento ou de desenvolvimento privados e aos bancos comerciais autorizados a operar em câmbio a contratação direta de empréstimos externos destinados a ser repassados a empresas no país, quer para financiamento de capital fixo, quer de capital de movimento, observado o disposto nesta Resolução e nas demais normas legais e regulamentares em vigor" Resolução n. 63 do Banco Central, de 21 de agosto de 1967. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=RESOLU%C3%87%-C3%83O&numero=63>. Acesso em 12.07.2023.

5 A permissão para esse tipo de operação era inferida a partir de interpretações enviesadas dos artigos 1º e 2º da Lei nº 4.131 de 1962 – no sentido de que o capital externo deveria receber o mesmo tratamento que o capital nacional (cf. BERCOVICI, Gilberto. A organização jurídica da economia durante a ditadura militar (1964-1985). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ano 183, n. 490, p. 199- 242, set./dez. 2022, p. 204). Além disso, desde o golpe de 1964, a Lei nº 4.131 sofreu diversas alterações a fim de ficar mais simpática ao capital estrangeiro. Por exemplo: o artigo 3º da Lei nº 4.390 de 1964 revogou os artigos 31, 32 e 33 da Lei nº 4.131 de 1962, que estabeleciam restrições quantitativas para as remessas de lucros. Em vez disso, o artigo 1º da Lei nº 4.390 de 1964 instituiu um artigo 43 na Lei nº 4.131, prevendo imposto de renda suplementar de até 60% sobre os pagamentos e dividendos acima da média de 12% do capital investido sobre o período anterior de três anos. Lea Vidigal conclui a respeito

captação de recursos no exterior por parte das instituições financeiras localizadas no Brasil e o respectivo repasse (a título de novos empréstimos) às empresas brasileiras não-financeiras, de modo que mesmo estas acabaram se financiando pelo crédito vindo do exterior⁶. Esse recurso excessivo ao crédito estrangeiro durante os anos do "milagre" está na raiz do processo de formação da dívida externa brasileira⁷.

Sob o esquema descrito, o ciclo dos bens de consumo duráveis pôde se desenvolver e prosperar durante um tempo. Todavia, já em março de 1974, quando o general Ernesto Geisel veio a substituir Emílio Garrastazu Médici na presidência da República, o padrão de acumulação do "milagre" já apresentava inequívocos sinais de esgarçamento. Pelo lado da demanda, o mercado consumidor já estava consideravelmente abastecido de eletrodomésticos como geladeiras, fogões, batedeiras, carros e televisores (sobretudo a classe-média) e a capacidade de endividamento das famílias já estava no limite⁸. Pelo lado da oferta, as empresas haviam ocupado toda a capacidade ociosa, e as fábricas disputavam entre si os precários abastecimentos de matérias-primas, insumos básicos e componentes confeccionados por bens intermediários e por bens de capital no exterior⁹. Estes condicionantes

dessa mudança: "a remessa de lucros tornou-se livre, porém tributada, criando condições ainda mais favoráveis para o funcionamento e a expansão das empresas estrangeiras no Brasil" (cf. VIDIGAL, Lea. BNDES: um estudo de Direito Econômico. 1ª edição. São Paulo: Liberrars, 2019, p. 115).

6 (CRUZ, 1993, p. 5) e (MANTEGA, 1997, p. 31)

7 (CRUZ, 1993, p. 3-6) e (MANTEGA, 1997, p. 31).

8 (BOARATI, 2005 p. 165) e (MANTEGA, 1997, p. 30 e 32). O modelo econômico concentrador de renda (chancelado pela ditadura) formou uma larga classe-média que mimetizava os padrões de consumo dos centros industrializados e que foi capaz de sustentar um crescimento significativo de bens duráveis, mesmo tendo impedido a participação de vastas camadas da população pobre no mundo do consumo. Cf. TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). Cinquenta anos do pensamento da Cepal. Volume 2. Rio de Janeiro: Record, 2000.

9 "Ainda no final de 1973, as fábricas não davam conta das encomendas, e já começavam a disputar matérias-primas e componentes, provocando uma elevação dos preços. A escassez de matérias-primas era geral nos vários ramos da indústria. Faltava desde aços fundidos, forjados e metais não-ferrosos, até alumínio, celulose, fertilizantes e outros produtos químicos. Faltavam também fibras naturais e fios químicos para a indústria têxtil, peças de reposição de

restritivos da oferta implicaram em inflação – complementando os efeitos do aquecimento simultâneo e contínuo de quase todos os setores da economia brasileira – e em desequilíbrios na balança comercial.

Entretanto, a crise na balança comercial apenas assumiu uma dimensão crítica porque, além das pressões por importações que emanam de um sistema industrial congestionado, aconteceu uma escalada monumental nos preços dos importados. Este encarecimento deve-se a fatores exógenos¹⁰, que aceleraram o esgotamento do padrão de acumulação interno:

O choque do petróleo de fins de 1973, elevou substancialmente, não só os preços do petróleo e de seus derivados, como também da vasta gama de matérias-primas, bens intermediários e bens de capital, cujas importações massivas alimentavam o boom brasileiro. O resultado apareceria no balanço de pagamentos de 1974, que apresentaria um rombo comercial de US\$ 4,69 bilhões e um déficit em conta corrente na casa dos US\$ 7,12 bilhões (MANTEGA, 1997, p. 30).

Isso habilita a conclusão de que algum ajuste estrutural da economia brasileira teria de ser feito independentemente da ocorrência da crise internacional. Esse choque externo teria servido apenas para acelerar a implementação do ajuste e para legitimar retoricamente a pertinência das reformas¹¹.

Em síntese, a encruzilhada em que se meteu a economia brasileira em meados dos anos 1970 foi a seguinte: o modelo interno de crescimento havia atingido seus limites, o que se manifestava principalmente por meio (i) da perda de dinamismo das inversões privadas, (ii) da desaceleração do crescimento, (iii) da

automóveis e até mesmo embalagens para acondicionar todas essas mercadorias vendidas” (MANTEGA, 1997, p. 32). “Faltava celulose para as embalagens, fibras naturais e fios químicos para a indústria têxtil, combustíveis e peças de reposição para os automóveis e assim por diante. Faltavam também máquinas e equipamentos seriados e sob encomenda, tudo de acordo com um estudo que o IPEA fizera sobre a estrutura industrial brasileira desde meados dos anos 70, sob a orientação do já Ministro do Planejamento Reis Velloso” (MANTEGA, 1997, p. 33).

10 (BOARATI, 2005, p. 165).

11 (BOARATI, 2005, p. 181).

inflação e (iv) dos desequilíbrios na balança comercial¹². O novo cenário internacional, por sua vez, impôs obstáculos às válvulas que costumeiramente poderiam reanimar o ciclo endógeno. Isto ficou nítido com a inviabilização das importações dos bens de produção, dos bens intermediários, dos insumos básicos, de matérias-primas, de energia etc. quando os preços do petróleo – matriz química e energética de todo o 2º paradigma industrial – quadruplicaram¹³ em 1973¹⁴. Esta foi a questão-chave que deu ensejo à elaboração II Plano Nacional de Desenvolvimento¹⁵ e, portanto, o problema cujo solucionamento era o seu objetivo principal.

1.2. As propostas para o enfrentamento da crise

Duas propostas de ajuste foram apresentadas para livrar o Brasil do impasse. Uma delas era a saída ortodoxa. Este caminho prescrevia uma recessão, visando congelar momentaneamente a atividade econômica e, assim, tornar despropositadas as importações (sobretudo de petróleo). Com a queda

12 (CRUZ, 1993, p. 07).

13 Segundo Pedro Cezar Dutra Fonseca e Sérgio Marley Modesto Monteiro, o preço médio do barril saiu de 2,90 dólares para 12 dólares (cf. FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. O Estado e suas razões: o II PND. Revista de Economia Política, vol. 28, n. 1 (109), pp. 28-47, janeiro-março. 2008, p. 37). “Num curto período de tempo, entre outubro de 1973 e março de 1974, ante a redução da oferta em cerca de 50%, os preços do petróleo aumentaram em mais de 300% gerando déficits nas balanças comerciais das nações importadoras” (cf. CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Memórias do desenvolvimento. Rio de Janeiro, ano 4, n. 4, 2010, p. 159).

14 OLIVEIRA, João Paulo Reco; REDIVO, André da Silva; CÁRIO, Silvio Antônio Ferraz. Atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no padrão de financiamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento: 1974/1979. Economia e Desenvolvimento, Santa Maria, vol. 27, n. 1, p. 223-242, janeiro – julho, 2015, pp. 227-228. (BOARATI, 2005, p. 166): “Ademais, o aumento do preço do petróleo, matriz energética daquele padrão de industrialização, teria ocasionado não apenas uma mudança conjuntural de preços relativos na economia. Mais que isto, implicava em uma mudança tal, que poderia ser definida inclusive como um novo paradigma econômico, na medida em que se tratava de matéria-prima não renovável, relativamente próximo do esgotamento e, portanto, prevista. Sendo assim, o aumento de preços suscitava a necessidade de que fosse alterada toda a matriz energética mundial, implicando, então, em significativa mudança qualitativa na economia mundial”. BRASIL. Presidência da República (PR). II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975- 1979). Brasília, p. 26: “A crise de energia afeta os fundamentos da sociedade industrial moderna. O novo estágio é qualitativamente, e não apenas quantitativamente, diferente do que foi o mundo econômico das últimas décadas”.

15 (FONSECA e MONTEIRO, 2008, p. 28-29).

das importações, deveria haver menores danos à balança comercial.

A alternativa heterodoxa, por outro lado, acreditava que o ajuste ideal seria uma alteração radical das estruturas internas de acumulação, que substituiria importações e, dessa maneira, imunizaria a economia nacional contra a nova realidade internacional (a dos combustíveis caros com importações onerosas). Esta alternativa, que equivalia a implantar um novo padrão de industrialização calcado na internalização da produção de bens de produção e de insumos básicos como carro-chefe da economia, superando o esgotado modelo baseado na produção de bens de consumo duráveis, ainda tinha o mérito de ser compatível com a manutenção do crescimento a taxas elevadas¹⁶ – por isso, a estratégia foi cunhada por João Paulo dos Reis Velloso (ministro do Planejamento, considerado o “pai” do II PND) como “a solução positiva”¹⁷.

O governo Geisel, na contramão das tendências mundiais, fez uma escolha ousada pela segunda alternativa¹⁸. Tal opção foi formalizada no II Plano Nacional de Desenvolvimento, cuja meta prioritária era “realizar a última geração brasileira de investimentos substitutivos de importações” (aquela responsável completar a 2ª revolução industrial no Brasil). Essa missão era muito desafiadora – o que se percebe pelo fato de que, até aquele momento, nenhum outro país inserido no polo periférico da divisão internacional do trabalho havia logrado **semelhante feito**¹⁹.

16 (MANTEGA, 1997, p. 32).

17 (BOARATI, 2005, pp. 180 e 190).

18 (BOARATI, 2005, p. 166): “A adoção do plano, naquele momento, demonstra a escolha da continuidade do crescimento econômico com um ajuste estrutural de longo prazo que, segundo o discurso oficial, consolidaria o “modelo brasileiro de desenvolvimento econômico”, com modificação do perfil de investimento de forma a favorecer: (i) as indústrias de base; (ii) a política de substituição de importações/controle das importações; (iii) as novas frentes de exportação; e (iv) o fortalecimento da indústria privada nacional”.

19 Até meados dos anos 1970 a 2ª Revolução Industrial era o paradigma que prevalecia mesmo nos centros mais avançados do capitalismo. E, de acordo com as percepções da época, completar este ciclo industrial equivalia a alcançar o patamar de país “desenvolvido” (cf. CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010, p.161). Tanto por isso, o II PND diz que almeja

Se observarmos atentamente, a saída heterodoxa adotada era uma fusão radical das políticas cepalinas de transformação estrutural da economia com as políticas anticíclicas keynesianas²⁰. Por isso, a opção de atravessar a crise completando a substituição de importações:

Em parte, era uma decorrência natural do longo processo iniciado no passado. Em parte, essa fase estava sendo moldada pelas dificuldades imediatas com as quais se defrontava a economia brasileira nessa segunda metade dos anos 70 (MANTEGA, 1997, p. 33).

Ao escolher um ajustamento de tipo heterodoxo, o governo Geisel afastou a possibilidade de uma recessão que seria socialmente penosa e que traumatizaria a dinâmica empresarial-industrial ainda em formação, cuja eficácia seria, no mínimo, bastante duvidosa, dado que, se todos os países optassem pelo mesmo caminho, os resultados se anulariam²¹. Além disso, como apontado, os fatores exógenos da balança de pagamentos apenas explicitaram limites crônicos que já estavam presentes no modelo endógeno, e que voltariam a se manifestar tão logo o país voltasse a crescer. Em vez disso, o caminho adotado pelo governo possibilitaria não apenas uma administração do problema conjuntural da crise compatível com crescimento, mas também permitiria que as estruturas da economia brasileira fossem fortalecidas e imunizadas contra crises da mesma natureza no futuro, com autonomização

“cobrir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento” (II PND, p. 15). MARINGONI, Gilberto. “A maior e mais ousada iniciativa do nacional-desenvolvimentismo”. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3297&. Acesso em 28.06.2023.

20 (MANTEGA, 1997, p. 58), (BOARATI, 2005, p. 185.). (BOARATI, 2005 p. 166): “Mais que um a suposta resposta estrutural à crise econômica que assolava a economia brasileira naquele momento, o II PND pode ser definido como uma estratégia integrada de desenvolvimento nacional, ‘Brasil Potência’, que poderia ser entendida, inclusive, como a percepção de que as taxas de crescimento do período anterior não poderiam ser mantidas, caso o país não realizasse um ajuste estrutural de sua economia, autonomizando o crescimento econômico, por meio da conclusão do processo de substituição na indústria de bens de capital”.

21 Com grande simplicidade, Mário Henrique Simonsen explicou: “quando todo o mundo tenta aumentar as exportações e reduzir as importações não há como escapar à frustração dos resultados, pois a exportação de um país, por definição, é importação de algum outro” (cf. BOARATI, 2005, pp. 178-179).

do processo de desenvolvimento²². Diante da dependência de bens de produção e derivados de petróleo que os problemas da balança comercial anunciavam, as vantagens dessa opção eram praticamente óbvias²³.

2. A coerência no traçado do Plano oficial

O segundo aspecto positivo da política econômica de Geisel foi a formalização das opções heterodoxas assumidas. Neste particular, convém dizer que o II PND não foi uma mera sistematização extraoficial de concepções políticas e econômicas. Ao invés de ser uma simples cartilha de recomendações programáticas cuja validade restringia-se à adesão voluntária dos agentes de governo, o Plano forneceu diretrizes válidas enquanto política de Estado. Tanto o é, que o II PND foi peça do ordenamento jurídico nacional. Vejamos como essa positivação de axiomas econômicos se deu.

Naquele tempo, vigorava a Constituição Federal de 1967 reformada pela Emenda Constitucional Nº 1 de 1969. Esta Ordem

22 É evidente que a opção dos militares pela via heterodoxa foi, em grande medida, motivada pela conveniência política de preservar o ciclo de crescimento – bastião de legitimidade sobre o qual pôde se apoiar um regime golpista e ilegítimo desde o nascedouro (cf. CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010, p. 160). Isso não significa, entretanto, que as escolhas derivadas dessas motivações escusas sejam necessariamente ruins. Há quem defenda, inclusive, que a preocupação em desenvolver aceleradamente o país era uma forma de viabilizar o projeto de abertura democrática dos militares agrupados em torno de Geisel e Golbery (projeto este condicionado à boa fase econômica ou, em outras palavras, à grande aprovação popular – que permitiria a formação de amplos arcos de alianças e a permanência da influência dos militares no poder mesmo sob regime democrático) (FONSECA e MONTEIRO, 2008, pp. 31, 32, 38, 45): “Não há dúvidas de que o II PND é um plano ‘politicamente determinado’, se por isto se entender seus condicionantes políticos – no caso, principalmente o fato de ter sido formulado e implementado em um contexto no qual o governo que ora assumia presenciava o fim do ‘milagre brasileiro’ e, com ele, inviabilizava-se a retórica da busca de coesão através do expressivo desempenho da economia. O plano, neste aspecto, prestava dupla colaboração: alentava a possibilidade de manter o crescimento e, ao mesmo tempo, contribuía para propiciar um clima favorável às mudanças políticas pretendidas, consubstanciadas no projeto de distensão política. Este acenava para a legalização do regime autoritário através de mecanismos de dominação racional, com a adoção de regras formais do estado de direito, proposta que vinha desde 1964 e ora ganhava impulso com o fim do ‘milagre’ e a ascensão do novo governo”.

23 (BOARATI, 2005, p. 178) e (MANTEGA, 1997, p. 32).

já incumbia o Estado da tarefa de planejar a economia, o que transparecia sobretudo nos artigos 8º, 10º, 60 e 43 da Emenda²⁴.

Contudo, para além da base constitucional, o Ato Complementar Nº 43 de 29 de janeiro de 1969 foi primordial no estabelecimento de um regime jurídico do planejamento econômico no Brasil²⁵. Vejamos algumas razões disso:

1. O Ato reforçou que o Poder Executivo federal tem o dever de elaborar planos econômicos. Pela primeira vez, utilizou-se a nomenclatura oficial de “Planos Nacionais de Desenvolvimento” (PNDs) (Art. 1º).

O II Plano Nacional de Desenvolvimento nada mais é do que uma expressão histórica dessa figura jurídica propriamente dita.

24 “Art. 8º. Compete à União: V - planejar e promover o desenvolvimento e a segurança nacionais. Art. 10. A União não intervirá nos Estados, salvo para: V - reorganizar as finanças do Estado que: c) adotar medidas ou executar planos econômicos ou financeiros que contrariem as diretrizes estabelecidas em lei federal. Art. 60. A despesa pública obedecerá à lei orçamentária anual, que não conterá dispositivo estranho à fixação da despesa e à previsão da receita. Não se incluem na proibição: Parágrafo único. As despesas de capital obedecerão ainda a orçamentos plurianuais de investimento, na forma prevista em lei complementar. Art. 43. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente: II - orçamento anual e plurianual; abertura e operação de crédito; dívida pública; emissões de curso forçado; IV - planos e programas nacionais e regionais de desenvolvimento”. Perceba que os artigos 60 e 43 têm a importância de submeter despesas e operações públicas a determinadas diretrizes econômicas legalmente instituídas. Apesar desses dispositivos, Gilberto Bercovici (2022) salienta um outro lado das Cartas de 1967 e de 1969, contraditório com o espírito soberano do Estado no comando do processo econômico: “apesar de as Cartas outorgadas de 1967 e de 1969 (esta intitulada de Emenda Constitucional nº 1), em seus capítulos “Da Ordem Econômica e Social” (artigos 157 a 166 da Carta de 1967 e artigos 160 a 174 da Emenda nº 1, de 1969), preverem o desenvolvimento como fim da ordem econômica constitucional, a preocupação principal dos “novos” donos do poder, ancorados pelos poderes de exceção propiciados pela “Doutrina da Segurança Nacional”, era aperfeiçoar as condições de funcionamento e expansão da empresa privada nacional e internacional. Os grandes beneficiados foram as empresas transnacionais e os grandes grupos empresariais brasileiros a elas ligados” (BERCOVICI, 2022, p. 202, 203, 206-208).

25 Segundo Eros Roberto Grau, este foi o “marco fundamental do planejamento científico no Brasil” (GRAU, Eros Roberto. Planejamento Econômico e Regra Jurídica. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978, p. 143). Nas palavras de Gilberto Bercovici, “durante o período militar, instituiu-se um regime jurídico do planejamento pelo Ato Complementar nº 43, de 29 de janeiro de 1969 (com as modificações introduzidas pelo Ato Complementar nº 76, de 21 de outubro de 1969, e pelo Decreto nº 71.353, de 9 de novembro de 1972)” (BERCOVICI, 2022, p. 224). Para este último autor, o Ato Complementar Nº 43 foi tão importante que, quando a Emenda Nº 11 (de 13 de outubro de 1978) à Carta de 1969 revogou os atos institucionais e complementares (incluindo o Nº 43), deixou de existir um regime jurídico do planejamento no Brasil a partir do 1º de janeiro de 1979 (BERCOVICI, 2022, p. 226).

O Ato explicitou as normas de elaboração e tramitação legal dos PNDs, no que tange aos papéis do Legislativo e do Executivo (Arts. 2º, 3º e 4º).

O Ato detalhou a vinculação dos PNDs aos orçamentos anuais e plurianuais, além de ser esmiuçado o ordenamento dos Orçamentos Plurianuais de Investimentos (Arts. 5º, 6º, 7º, 8º e 9).

O Ato Complementar Nº 43 foi aprimorado pelo Ato Complementar Nº 76, de 21 de outubro de 1969²⁶. A única mudança foi a alteração no tempo de duração dos planos, que deixaram de ser quadrienais e passaram a ser quinquenais, para serem compatibilizados com o mandato do respectivo Presidente da República. Por essa razão, por vezes tomamos o II PND e a política econômica do governo Ernesto Geisel como sinônimos.

Finalmente, a Lei Nº 6.151²⁷, de 04 de dezembro de 1974, recepcionou as diretrizes e prioridades contidas no documento oficial do II Plano Nacional de Desenvolvimento como parâmetros da política de Estado para o quinquênio de 1975 a 1979. No entanto, essa positividade, derivada do artigo 1º da Lei Nº 6.151/74, não deve ser encarada de maneira rígida e engessada – o que atentaria contra a própria natureza do planejamento econômico. Não por outro motivo, o Art. 2º da mesma lei comanda que “o poder executivo adaptará o Plano a que se refere o artigo anterior às circunstâncias emergentes e atualizará os elementos quantitativos a que ele se refere”. A isto se dá o nome de “Princípio da flexibilidade do plano”²⁸, que, no caso do II PND, encontrava-se plasmado não apenas no Art. 2º da Lei Nº 6.151/74, mas, também, no Art. 6º do Ato Complementar

26 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/acp/acp-76-69.htm#:~:text=ATO%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%2076%2C%20DE%2021%20DE%20OUTUBRO%20DE%201969.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20elabora%C3%A7%C3%A3o%20do,de%20desenvolvimento%2C%20do%20poder%20executivo. Acesso em: 12.07.2023.

27 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6151.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.151%2C%20DE%204,Art. Acesso em: 12.07.2023.

28 (GRAU, 1978, p. 177).

Nº 43/69²⁹ e no Art. 62 §3º da Emenda Complementar Nº 1 de 1969³⁰.

De todo modo, mais importante do que a positividade da política econômica é o fato de que determinadas diretrizes, coerentes com a via do ajuste heterodoxo – e, portanto, com a resolução prática da problemática histórica levantada – foram validadas oficialmente. Observando atentamente é possível notar que a ordem jurídica recepcionou, por meio do artigo 1º da Lei Nº 6.151/74, apenas as diretrizes e prioridades do II PND³¹. Todavia, o texto do plano vinha como documento anexo à Lei, dando a entender que tais diretrizes deveriam ser buscadas observando a coerência e o contexto do conjunto. Ao fazermos esse exame sistemático do arquivo³², constatamos que tais diretrizes e prioridades podem ser enunciadas como:

Consolidação de uma economia moderna do país. Este tópico do programa utiliza outras palavras para se referir a uma “transição do padrão industrial via substituição de importações”, incorporando as indústrias básicas e adequando, para este fim, os campos da infraestrutura, da energia, dos transportes e das comunicações. Ao completar essa travessia, o Brasil poderia se especializar na exportação de manufaturados e realizar suas próprias inovações tecnológicas. Em síntese: autonomizariam seu processo de desenvolvimento econômico-industrial.

Ajustamento às novas realidades da economia mundial. Este tópico enfatiza a importância da autossuficiência energética; alimentar; em matérias-primas e nos insumos básicos, via

29 “Através de proposição devidamente justificada, o Poder Executivo poderá, a qualquer tempo, propor ao Congresso Nacional a revisão do Orçamento Plurianual de Investimentos, assim como o acréscimo de exercícios para substituir os já vencidos”.

30 “Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no orçamento plurianual de investimento ou sem prévia lei que o autorize e fixe o montante das dotações que anualmente constarão do orçamento, durante o prazo de sua execução”.

(GRAU, 1978, p. 175).

32 Ver (II PND, p. 34-36). Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/24>. Acesso em 12.07.2023.

substituição de importações, sobretudo depois do susto deflagrado pelo choque do petróleo. Os capítulos VIII e XIV da cartilha oficial são os que mais atenção conferem a esta diretriz.

Nova etapa no esforço de integração nacional. Nas palavras do documento, “trata-se de tirar proveito econômico da utilização e integração do espaço brasileiro associado à disponibilidade de recursos humanos” (expansão do mercado interno), o que pressupõe equalização das condições socioeconômicas entre as regiões. Esta diretriz encontra-se esmiuçada no Capítulo V do documento.

Estratégia de Desenvolvimento Social. Busca combater as desigualdades de renda favorecendo, em especial, as classes média e trabalhadora, e erradicar a pobreza absoluta. Salienta-se a importância desse programa no que diz respeito à ampliação do mercado interno de consumo e seus efeitos aceleradores para o desenvolvimento industrial. Além disso, atenta-se para um crescimento urbano ordenado e ambientalmente salubre. Os detalhes desta diretriz estão nos Capítulos VI, XIII e IX do documento.

Integração com a economia mundial. Lança as bases para um novo período de Política Externa Independente, estabelecendo relações com os mais distintos blocos, de forma pragmática – isto é, utilizando a política externa como instrumento para alcançar e acelerar os objetivos lançados acima – e nacionalmente soberana. O Capítulo VII do documento traz os pormenores dessa diretriz.

Ainda de acordo com o documento, a viabilidade material para executar essas prioridades repousava, em parte, nos capitais nacionais (públicos e privados). Mas, ao lado deles, também era assumido que o financiamento estrangeiro cumpriria papel de destaque. Em uma das passagens do texto, encontramos:

Isso tudo evidencia a necessidade de acesso, dos subdesenvolvidos, aos centros financeiros, da Europa e dos Estados Unidos, que farão boa parte da reciclagem do dinheiro árabe [...] A principal preocupação é adaptar-se, do ponto de vista de estrutura econômica, de forma segura e rápida, às necessidades da situação criada. Isso deverá viabilizar que, com um esquema financeiro externo cuidadoso e inteligente, seja possível preservar o desenvolvimento acelerado (II PND, p. 27).

Em resumo, vemos que a positivação dos axiomas econômicos do II PND se deu, de um lado, pela Lei Nº 6.151/74, que elegeu as diretrizes e prioridades que acabamos de expor enquanto metas perseguidas pela sociedade. De outro lado, oferecendo o encaixe para vinculação do orçamento, atuou o Art. 5º do Ato Complementar Nº 43/69, que subordinava o orçamento plurianual de investimento à coerência com essas diretrizes e objetivos³³.

Com estes elementos, vemos que o documento oficial do II PND, suas diretrizes, e, portanto, os elementos normativos que efetivamente o integraram no ordenamento jurídico pátrio, eram, todos, fiéis e compatíveis com a estratégia heterodoxa de atravessamento da crise (em termos de fins, meios e instrumentos empregados). Isso nos autoriza a dizer que o II PND foi um representante exemplar da categoria basilar de “plano econômico” para o Direito Econômico³⁴. Nas palavras de

33 (GRAU, 1978, p. 197).

34 (GRAU, 1978, p. 64): “Analisado o II Plano Nacional de Desenvolvimento sob o método de objetivos/meios, poderemos definir finalidades, “buts”, objetivos, subobjetivos e meios. Exemplificando: finalidade – consolidação de uma sociedade industrial moderna e um modelo de economia competitiva; “but” – equilíbrio na conciliação do rápido desenvolvimento com mínimo efeito sobre a ecologia; objetivo – evitar a poluição do ar e da água na área urbana; subobjetivo – controle da poluição industrial; meios – estabelecimento de padrões de emissão de resíduos, zoneamento de áreas críticas, disciplinamento da localização industrial, etc. (cf. ‘Aspectos Metodológicos da Análise de Objetivos/Meios - um estudo de caso: segundo Plano Nacional de Desenvolvimento’, ed. da Coordenadoria de Ação Regional da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, 1974, anexo)”. (GRAU, 1978, p. 173-174): “A análise do II PND sob o método de objetivos/meios permite a verificação de que nele estão definidos não apenas objetivos, mas também os meios de ação cuja ativação, em regime de coordenação, é essencial à sua realização – o

[...] o plano se assentava em um diagnóstico da economia brasileira, explicitava seus impasses estruturais e conjunturais e, a partir deles, fundamentava a necessidade de executar um conjunto de investimentos. Havia consistência interna entre o referido diagnóstico e suas propostas. Havia consistência externa, qual seja, do plano em si com o contexto nacional e internacional, sob a percepção de que a crise não era passageira e que o problema energético era duradouro e estrutural. Não se tratava de mera retomada do crescimento, mas de redirecionar os rumos da industrialização brasileira, ao priorizar a industrialização pesada, os tradeables e a alteração da matriz energética, cujo impacto na estrutura do balanço de pagamentos nos anos seguintes parecem inquestionáveis. Certamente estava permeado de condicionantes políticos, como qualquer ato de planejamento, mas estes em nada ferem sua racionalidade econômica (FONSECA e MONTEIRO,

2008, p. 45).

3. Os efeitos do II PND para a economia

Uma vez formalizada a linha de ação proposta pelo II PND, o governo efetivamente logrou alguns efeitos positivos na economia. Esses resultados benéficos constituem, por sua vez, a terceira avaliação positiva que é possível fazer acerca da política econômica de Geisel. Todavia, estes louros são passíveis de ressalvas. Observemos, a seguir, quais foram estes resultados e que balanço é justo fazer acerca destes.

3.1. Desempenho razoável na meta principal de implantar um novo padrão de industrialização

A política macroeconômica aplicada em nome do II PND realmente fez com que o segmento dos bens de capital tivesse crescido a taxas maiores que as dos bens duráveis, e de fato fez com que os bens de produção tivessem capitaneado o crescimento da economia naquele

período³⁵. Mas estes dados não incidem em dimensões suficientes para demarcar um novo padrão de acumulação.

Segundo Guido Mantega, a participação dos bens de capital no produto da indústria de transformação saiu do patamar de 11,3% em 1970 para, em 1980, estar em 15,4%. Em comparação, a participação dos bens de consumo duráveis na indústria de transformação – que havia dinamizado todo o padrão de acumulação anterior – saiu também de 11,3% em 1970, mas, em 1980, ela estava estabilizada no patamar médio de “apenas” 13,4%. No período em que reinaram os bens duráveis (o “milagre” de 1968 e 1974), este setor havia crescido a taxas médias de crescimento anual de 23%. Já entre 1975 e 1980, essa taxa foi de “apenas” 8,7%³⁶.

Com tais cifras, podemos concluir mais corretamente que as alterações relativas na participação dos setores da indústria (a favor do segmento dos bens de capital) introduzidas pela política macroeconômica do II PND limitaram-se comodamente ao patamar mínimo e suficiente para apenas contornar o gargalo produtivo denunciado pela crise do “milagre econômico”, mas insuficiente para superar o modelo de crescimento anterior. Isto fica patente pelas escalas ainda muito elevadas da participação dos bens duráveis na indústria de transformação e de suas taxas médias de crescimento anual (muito próximas às apresentadas pelos bens de produção).

Com isso, pretendo assinalar que não houve propriamente uma mudança na dinâmica de acumulação do capitalismo brasileiro, a partir da expansão do setor de bens de capital, e a mencionada alteração no “padrão de acumulação” deve ser tomada com cautela e dentro de suas limitações, porque qualifica apenas

35 (MANTEGA, 1997, p. 34).

36 (MANTEGA, 1997, p. 36). Segundo Mantega, os dados usados foram extraídos de SERRA, José. “Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Após-Guerra”, Revista de Economia Política, abril-junho, 1982.

que amolda ao conceito de plano que adotamos”.

a ênfase que recebeu um segmento ainda incipiente do parque produtivo brasileiro, durante um certo tempo, até ele preencher uma lacuna na estrutura produtiva que se manifestava na balança comercial. Uma vez implantado, o setor de bens de produção deixara de crescer a taxas explosivas e vai acompanhar o ritmo de crescimento dos demais segmentos industriais, perdendo, gradativamente, os privilégios tarifários e financeiros que recebera na fase de implantação (MANTEGA, 1997, p. 37).

Isso significa que, em sua meta principal, o II PND teve um saldo positivo, mas insuficiente. O Plano não superou definitivamente o mecanismo de acumulação de capital calcado nos bens de consumo duráveis³⁷. Desta maneira, as tendências críticas subjacentes a este modelo – cuja eliminação era o principal foco do II Plano – permaneceram vivas. De forma positiva, elas assumiram um discreto estado de latência; todavia, voltaram a se manifestar anos mais tarde.

3.2. Outros efeitos positivos que advieram na tentativa de cumprir a meta principal

No entanto, é imperativo considerar outros efeitos positivos que foram conquistados em meio à tentativa de atingir aquele alvo mais ambicioso da política econômica. O II PND (i) diversificou o sistema industrial, dando-lhe maiores complementariedades e sinergias; (ii) caminhou no sentido da autossuficiência energética; (iii) possibilitou, por conta dessas variáveis, tanto reduções nas importações quanto uma pauta mais sofisticada de exportações; (iv) alterou a correlação de forças entre capital nacional e estrangeiro³⁸ e, em decorrência

37 (CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010, p. 163).

38 O empresário Severo Gomes, na condição de ministro da Indústria e Comércio de Geisel, foi o pivô das iniciativas políticas que visavam privilegiar o capital nacional e restringir o estrangeiro. Uma de suas ações mais emblemáticas e polêmicas nesse sentido foi impedir a venda do grupo Cónsul (nacional) para a estrangeira Philips (cf. MANTEGA, 1997, p. 39-40).

de todos esses fatores, (v) modificou o status político e econômico do Brasil no contexto internacional. Nas palavras de Antônio Barros de Castro,

O crescimento veloz, horizontal, e tecnologicamente passivo dos anos 1968/73 teve um abrupto fim em 1974. Dali por diante, em marcha forçada, a economia subiria a rampa das indústrias capital-intensivas e tecnológico-intensivas. A nova arremetida e em particular os investimentos integrantes da safra de 74 garantiram cinco anos de crescimento a uma taxa média elevada – pouco inferior, de fato, à taxa alcançada quando da implantação da indústria automobilística [...]. Tomados em conjunto estes anos, verifica-se que de 1974 a 80 a indústria de transformação cresceu 7,1% ao ano, enquanto a indústria de bens de capital cresceu 8,5% ao ano (CASTRO e SOUZA, 1985, pp. 76-77).

Portanto, é inegável um certo viés progressista dessa política econômica no que diz respeito à soberania e ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais.

3.3. Deslocando críticas menos pertinentes

Sob viés distinto, existem autores que enxergam no II PND um empreendimento altamente irresponsável, que só foi levado adiante – mesmo sob circunstâncias extremamente desfavoráveis – devido à teimosia e ao ufanismo dos militares³⁹. Um sinal disso – argumentam – seria que, por um tempo considerável, a estratégia manteve quantidades elevadas de importação do petróleo encarecido e de seus insumos derivados, igualmente onerosos⁴⁰.

Contudo, eram poucas as vias

39 Ricardo Carneiro é um desses autores. Cf. CARNEIRO, Ricardo. “Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX”. São Paulo: Editora Unesp; IE/Unicamp, 2002. p. 59.

40 (MANTEGA, 1997, p. 45).

alternativas factíveis. O crescimento com transformação estrutural de fato demandaria uma fase de importações caras, mas ela seria passageira (nos anos 1980, o Brasil efetivamente pôde reduzir suas importações de petróleo como resultado do II PND)⁴¹. A via da recessão, por outro lado, até poderia produzir algum alívio momentâneo, mas o problema reapareceria tão logo o país voltasse a crescer.

Há até quem diga, por outro lado, que, a princípio, as condições para implementação do Plano não eram tão adversas. Pois além de o Brasil não ser dos países mais dependentes de petróleo⁴², ele ainda dispunha de elevada credibilidade internacional, o que tornava muito fácil acessar o crédito barato dos outros países (suficiente para tanto cobrir os déficits na compra de petróleo e de insumos, quanto para financiar os projetos do II PND)⁴³.

Contra isso, os críticos fazem a réplica fatal: os empréstimos estrangeiros foram feitos em condições desvantajosas para o Brasil (com destaque para os juros flutuantes repactuados de seis em seis meses e para os prazos de vencimentos cada vez menores, incompatíveis com o tempo de maturação dos projetos pretendidos)⁴⁴. Entretanto, quanto a isso, é preciso fazer uma reflexão preliminar: o crescimento do endividamento externo

41 (FONSECA e MONTEIRO, 2008, p. 30).

42 No próprio texto oficial do II PND encontramos os excertos: "O Brasil se coloca em posição intermediária, nos reflexos da crise do petróleo, entre os que pouco dependem de importações, como os Estados Unidos, e os que delas dependem violentamente, como a maioria dos países europeus" (cf. II PND, p. 27). "Favoravelmente ao País, sabe-se que dependemos muito pouco de petróleo para produção de energia elétrica (apenas 10%), e que tal dependência não tende a aumentar [...]. Igualmente, o Brasil não depende, praticamente, de petróleo para produção de calor (aquecimento residencial)" (cf. II PND, p. 81). Além do documento, é possível encontrar afirmações do ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, com o mesmo teor (cf. BOARATI, 2005, p. 179).

43 (MANTEGA, 1997, p. 54). (BOARATI, 2005, p. 182-184): "Assim, o capital estrangeiro é percebido como uma ferramenta fundamental ao financiamento do plano, ao mesmo tempo em que sua própria implementação garantiria as oportunidades lucrativas de investimento que atrairiam o capital externo ao país". Acreditava-se que a própria iniciativa do II PND poderia oferecer oportunidades seguras de investimentos para os capitalistas estrangeiros em meio a um cenário internacional de desaceleração geral. Isso foi o que levou Mário Henrique Simonsen a dizer que o Brasil era uma "ilha de prosperidade num mundo de incertezas".

44 (MANTEGA, 1997, p. 55). (CRUZ, 1984, p. 45).

brasileiro, feito nessas circunstâncias, é algo que decorre especialmente do II PND?

Conforme expusemos na seção 1.1., a formação da dívida externa foi um processo alavancado principalmente nos anos do "milagre", como reflexo dos pressupostos econômicos que informavam a administração Delfim Netto. Embora essa tendência tenha permanecido durante o período correspondente ao governo Geisel, cabe ainda indagar: até que ponto podemos responsabilizar o II PND pelas proporções desequilibradas que essa dívida assumiu ao longo das décadas?

Mesmo que o financiamento dos projetos do II PND tivesse sido responsável por todo o aumento da dívida externa líquida ocorrido entre 1973 e 1978 (25,4 bilhões de dólares), esse valor teria sido compensado ainda na primeira metade da década de 1980 com exportações possibilitadas pelos investimentos do próprio II PND, que amadureceram nesse interregno⁴⁵. Segundo Guido Mantega,

Somente nos anos de 1983 e 1984, a balança comercial acumulou um superávit de US\$ 19,5 bilhões, graças à substituição de importações de bens de produção e ao aumento das exportações de insumos básicos (MANTEGA, 1997, p. 56).

Indo além, ainda que o II PND não tivesse sido adotado como via de solução, de alguma forma seria necessário continuar financiando os déficits de petróleo e de básicos. Dentro disso, seria contrafactual supor que outro caminho (que não o dos empréstimos estrangeiros) fosse adotado

45 (MANTEGA, 1997, p. 56), (CRUZ, 1993, p. 16). (FONSECA e MONTEIRO, 2008, pp. 29-30): "Instigados pelos expressivos saldos da balança comercial a partir de 1983, os quais o ministro Delfim Netto propalava como frutos de sua política recessiva, já no governo Figueiredo estes autores [Antônio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza] defenderam que os superávits deviam-se aos investimentos substitutivos de importações e em setores tradeables da época do II PND, os quais, uma vez maturados, resultaram em aumento das exportações e queda das importações, inclusive de petróleo". (CRUZ, 1993, p. 29): "Os saldos comerciais surgiram, e cresceram, com a efetiva contribuição da exportação de bens industrializados, cuja participação na pauta de vendas externas cresceu de cerca de 57%, em 1980, para cerca de 66% em 1985".

para realizar esse financiamento. Tanto há quem afirme que a poupança interna era de fato incapaz de financiar um plano de tamanha envergadura⁴⁶, quanto, principalmente, a recusa da via externa pareceria muito antieconômica aos olhos dos planejadores brasileiros daquele período⁴⁷ (que ainda não conheciam os fatos agravantes surgidos em 1979 como conhecemos hoje). Tudo o que eles sabiam era que o crédito estrangeiro era barato, acessível e, com sorte, poderia oferecer oportunidades de vencimento no longo-prazo (modalidade que o sistema financeiro privado doméstico se mostrou historicamente incapaz de atender)⁴⁸.

Assim, a recusa do endividamento externo naquele momento pode ser considerada irrealista. Conseqüentemente, também era pouco provável que tais contratos com o exterior não fossem firmados com juros variáveis e com prazos curtos de vencimento. Isto porque, entre 1975 e 1980, o crédito concedido aos países subdesenvolvidos pelas maiores agências internacionais oficiais – as quais poderiam oferecer juros fixos e prazos mais longos – havia subido de 11 para apenas 18 bilhões de dólares, já os empréstimos cedidos pelo setor privado tinham subido de 21 para 60 bilhões de dólares. Portanto, era o setor privado quem detinha praticamente toda a oferta de financiamento internacional e quem tinha condições de impor os termos dos contratos de crédito⁴⁹.

46 (BOARATI, 2005, p. 183). Todavia, não acreditamos que este seja o aspecto central da questão. Paulo Roberto Davidoff Chagas Cruz elenca argumentos muito convincentes no sentido de que as estruturas de mercado e de propriedade vigentes no país de então eram, sim, capazes de viabilizar uma poupança interna e autofinanciamento. Ver: (CRUZ, 2016, p. 66-68) e (CRUZ, 1984, p. 41).

47 (CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2010, p. 160); (CRUZ, 2016, p. 73).

48 (OLIVEIRA et al., 2015, p. 226); (CRUZ, 1993, p. 5); (CRUZ, 2016, p. 65). (CRUZ, 2016, p. 72-74): “A inexistência de agências privadas domésticas atuando no mercado de crédito de longo-prazo se deve, sobretudo, a uma carência de demanda industrial no momento em que a reforma bancária foi realizada (1965-1967). Aquela altura, com o padrão industrial dos bens duráveis ainda em pleno desenvolvimento – e salvaguardado pelo regime militar – podiam ser reproduzidas as estruturas financeiras, de mercado e de propriedade que minimizavam a necessidade de empréstimos privados voltados à formação de capital fixo das empresas. Em vez disso, naquele contexto, eram mais desejados os canais de crédito voltados ao financiamento da comercialização e do consumo, e, nesse particular, as reformas de 1965-1967 foram bem-sucedidas”.

49 (MANTEGA, 1997, pp. 55-56).

Uma análise equilibrada deve recordar, por fim, que a explosão calamitosa da dívida externa só ocorreu a partir de 1979: entre 1978 e 1981 verificou-se uma deterioração geral dos termos de troca estabelecidos no comércio do Brasil com o exterior causado pela recessão das economias centrais. Assim, o segundo choque do petróleo, ocorrido em 1979, gerou impactos de grande importância, elevando o preço médio do barril (que era de 12,4 dólares em 1978) para o patamar de 34,4 dólares no intervalo 1978 e 1981. Este conjunto onerou novamente a balança comercial brasileira, aumentando a necessidade de recorrer ao crédito externo para financiar os novos déficits (um dos reflexos de o II PND não ter concluído até o fim sua meta principal). Este engrandecimento quantitativo da dívida externa foi, afinal, coroado com um agravamento qualitativo: em 1979 ocorreu o salto nos juros reais do mercado internacional, e, como a dívida brasileira era firmada em juros variáveis, a sua taxa de juros média saiu de 9,1% em 1978 para 16,5% em 1981 e 17,5% em 1982⁵⁰.

Dessa forma, a crise da dívida não pode ser interpretada como um efeito colateral próprio do II PND. Pelo contrário: do ponto de vista dos agregados macroeconômicos, os efeitos do Plano na verdade reduziram a vulnerabilidade externa no país com a substituição de importações e aumento das exportações. A explosão do endividamento decorreu de fenômenos em sua maior parte independentes das decisões da política econômica do governo Geisel (como o choque do petróleo e dos juros em 1979⁵¹, e uma cultura de endividamento externo que já

50 (MANTEGA, 1997, p. 56).

51 (MANTEGA, 1997, p. 57): “De acordo com uma estimativa do Ex-ministro da Fazenda Ernane Galvêas, os dois choques do petróleo acarretaram um adicional de despesas na balança comercial de US\$ 37,3 bilhões entre 1974/1983 e o aumento dos juros acresceu uma despesa de US\$ 26,6 bilhões, totalizando US\$ 63,9 bilhões. Portanto, boa parte da dívida externa de US\$ 81,3 bilhões em 1983 seria de responsabilidade do petróleo e juros”.

existia antes dessa administração⁵²).⁵³

Com isso, a nossa análise é de que as críticas elencadas nessa subseção 3.3. não têm pertinência o bastante para invalidar o caráter positivo dos efeitos que o II PND desencadeou na economia brasileira como reflexo direto do progressismo de suas concepções teóricas no debate econômico.

4. Conclusão parcial

É compreensível que alguns autores tenham uma percepção positiva do II PND, pois, de fato, essa experiência possui não poucos méritos. Os fundamentos desta avaliação, em geral, repousam no progressismo econômico do plano e em seus efeitos positivos para a economia. Como sinais desse progressismo econômico, podemos citar a adoção de uma estratégia de combate à crise baseada na transformação estrutural da economia e compatível com o crescimento. Isso no mínimo poupou o país de uma recessão muito penosa em termos sociais, que poderia fraturar as empresas industriais em desenvolvimento e que, além desses

52 “Segundo Paulo Davidoff, essas facilidades levaram a um endividamento excessivo e desnecessário, que está na raiz da vulnerabilidade financeira da economia brasileira nos anos 80. De acordo com ele, foi essa facilidade pelo crédito externo que elevou o patamar da dívida externa brasileira de US\$ 3,8 bilhões, no qual ela se encontrava estacionada durante quase toda a década de 60, para US\$ 12,6 bilhões no final de 1973” (cf. MANTEGA, 1997, p. 31).

53 (MANTEGA, 1997, p. 59): É pertinente também conhecer a participação do governo Figueiredo (sucessor de Geisel) no problema da dívida: “Ao se avaliar os efeitos do II PND para o endividamento externo brasileiro dos anos 80, não se pode esquecer as contribuições para essa dívida oriundas do Governo Figueiredo que, pelo menos nos dois primeiros anos de gestão, colocou o pé no acelerador e fez pouco caso do segundo choque do petróleo. No apagar das luzes do seu mandato, Geisel encarregou Velloso de entregar a Figueiredo um documento elaborado pelo Planejamento, sugerindo que o Brasil só poderia voltar a crescer aceleradamente quando fosse capaz de mostrar significativos superávits na balança comercial. ‘Então, diz, Velloso, nós tínhamos consciência das limitações da situação em que nos encontrávamos. A economia estava crescendo a 5%; tínhamos reduzido substancialmente o déficit em conta corrente; tínhamos reduzido substancialmente o déficit da balança comercial; os programas todos estavam encaminhados e já estavam mostrando resultados, tanto que o coeficiente de importações já tinha diminuído substancialmente. Agora, havia limitações porque a dívida líquida era alta e a dívida bruta bem mais alta ainda, porque o nível de reserva era muito grande. Não se podia cogitar de acelerar o crescimento enquanto os programas já deflagrados pelo II PND não mostrassem seus resultados. Foi o que Simonsen tentou fazer no início do Governo Figueiredo..., mas vieram as novas opções estratégicas (de Delfim Netto que voltou ao Planejamento)’ ‘que atropelaram tudo isso”.

custos, muito provavelmente seria ineficaz – como a lógica macroeconômica demonstra e como ficou historicamente evidenciado pelos países que adotaram semelhante caminho ortodoxo. A transformação da estratégia heterodoxa em política de Estado eficaz gerou efeitos positivos para a economia brasileira, como uma maior participação do segmento dos bens de capital na indústria (embora ele não tenha se tornado o núcleo dinâmico da acumulação capitalista no Brasil), avanços na autossuficiência energética, a redução nas importações e aumento das exportações com ganhos de qualidade. Esses efeitos contrariam a tese de que o II PND foi um projeto completamente disparatado e irresponsável, movido apenas por ufanismo militar.

5. Referências bibliográficas.

- BERCOVICI, Gilberto. **A organização jurídica da economia durante a ditadura militar (1964-1985)**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ano 183, n. 490, p. 199- 242, set./dez. 2022
- BOARATI, Vanessa. **A defesa da estratégia desenvolvimentista II PND**. História Econômica e História de Empresas, São Paulo, VIII, 1, p. 163-193. 2005.
- BRASIL. Presidência da República (PR). **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975- 1979)**. Brasília: 1974. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/24>>. Acesso em 10/05/2023.
- CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora Unesp; IE/Unicamp, 2002.
- CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Memórias do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, ano 4, n. 4, 2010
- CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. **As origens da dívida**. Lua Nova Revista de Cultura Política. V.1. N.2. setembro de 1984.
- CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. **Endividamento externo e transferência de**

recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 24. 1993.

CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. **Notas sobre o financiamento de longo prazo na economia brasileira do após-guerra.** Economia e Sociedade, Campinas, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 66-81, 2016.

FIORI, José Luis. **Reforma ou sucata: o dilema estratégico do setor público brasileiro.** Belo Horizonte: Revista Nova Economia, v. 3, n. 1, set. 1993.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. **O Estado e suas razões: o II PND.** Revista de Economia Política, vol. 28, n. 1 (109), pp. 28-47, janeiro-março. 2008.

GRAU, Eros Roberto. **Planejamento Econômico e Regra Jurídica.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978

IPEA. **Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica.** Texto para discussão.

MANTEGA, Guido. **O governo Geisel, o II PND e os economistas.** EAESP/FGV/NPP - Núcleo de Pesquisas e Publicações. Relatório de pesquisa Nº 3, 1997. Disponível em: <<https://pesquisa-eaesp.fgv.br/publicacoes/gvp/o-governo-geisel-o-ii-pnd-e-os-economistas>> Acesso em 12.07.2023.

MARESCH, Mateus Fraga. **As ambiguidades do II Plano Nacional de Desenvolvimento e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico: um estudo de Direito Econômico.** 117 folhas (Monografia de conclusão de curso) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

MARINGONI, Gilberto. **A maior e mais ousada iniciativa do nacional-desenvolvimentismo.** Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3297&. Acesso em 28.06.2023.

OLIVEIRA, João Paulo Reco; REDIVO, André da Silva; CÁRIO, Silvio Antônio Ferraz. **Atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no padrão de financiamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento: 1974/1979.** Economia e Desenvolvimento, Santa Maria, vol. 27, n. 1, p. 223-242, janeiro – julho, 2015.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. **Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil.** In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). Cinquenta

anos do pensamento da Cepal. Volume 2. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VIDIGAL, Lea. **BNDDES: um estudo de Direito Econômico.** 1ª edição. São Paulo: Liberars, 2019.

Uma análise da ordem mundial a partir do estudo das práticas sociais, econômicas e políticas da nação chinesa.

Pedro Dib Aguiar

Introdução

Viso por meio deste, dissertar sobre as mudanças emergentes no cenário global, em especial aos rótulos que se dão aos sistemas estruturantes adotados pelos países no cenário atual. E como as ciências sociais deveriam estar em maior prontidão, uma vez que as peças deste tabuleiro geopolítico globalizado estão em posições únicas. A história pode nos ajudar a entender as heranças simbólico-contextuais desses ‘players’ e, porventura, projetar o caminho que os mesmos irão seguir.

Como exemplo primário desta situação anômala, temos a China que, com seu Socialismo de Mercado juntou princípios diferentes e causou um choque sísmico no cenário globalizado político. Contrastando a realidade chinesa com a brasileira, ambos os países de alto potencial econômico e presença internacional preponderante, mas que diferem no seu grau de protagonismo. Também trazendo à tona, a Guerra da Ucrânia (conflito que envolve ambos os países), e como as especificidades geradas no supracitado cenário global, significará uma triagem da estrutura política vigente. Que fique claro, o escopo aqui trabalhado será prioritariamente dois séculos aliados temporalmente, os séculos XX e XXI.

Desenvolvimento

Inovação política Chinesa como aprimoramento e ameaça a tradição

De início, um autor que há muito a trazer quanto à temática apresentada

é José Luís Fiori em sua obra História, Estratégia e Desenvolvimento, para uma Geopolítica do Capitalismo. Segue um trecho que explicita eximamente a história de identidade, adaptação e propósito que permitiu um hibridismo de modelos econômicos, políticos. O sistema chinês, um Socialismo interno (Sistema que mantém suas tradições ditatoriais e manipuladoras do pensar individual populacional) e uma economia voltada ao sucesso capitalista (Adaptabilidade/hibridismo que alavancou o projeto chinês de protagonismo mundial).

“Após o fim da União Soviética, a China se reaproximou da Rússia e redefiniu seu mapa estratégico, mas manteve sua fidelidade ao ponto de vista político de Deng Xiaoping: o desenvolvimento da China deve estar sempre a serviço da sua política de defesa... Por fim, a história deixa uma lição surpreendente: para os chineses, o desenvolvimento capitalista é apenas um instrumento a mais de defesa de sua civilização milenar contra os sucessivos cercos e invasões de povos bárbaros”

(FIORI, José Luís - História, estratégia e desenvolvimento. 90-91, 2015)

Este trecho é a comprovação do que foi supracitado, após séculos de pobreza e exploração, além de uma rivalidade ácida com o Japão (que atingiu seu cúmulo no período da Segunda Guerra Mundial), uma história milenar, institui-se um sistema extremamente repressivo e autoritário. Quando o partido comunista de Mao Tse-Tung firma sua soberania, o faz remetendo a história chinesa, concretizando a “dinastia mandarim”, nas palavras de Fiori. A China, portanto, dispõe de uma identidade nacional concretizada, sendo esta parcialmente artificial e parcialmente orgânica. Isto, graças à herança cultural fortemente estabelecida graças a milênios de existência (orgânica), ambição pelo poder resultado da exploração e

perversidade de outros agentes políticos externos (artificial). O sistema capitalista se mostrou imprescindível na ascensão do país ao palco mundial, não de forma que afetasse a visão interna para com a nação regida pelo Partido Comunista Chinês, mas como uma ferramenta, um instrumento.

A formação da potência se estabelece com a quebra de paradigmas mercantis. Como ignorar uma nação que tem muito a contribuir comercialmente, monetariamente, e que ao mesmo tempo possui o maior exército do mundo (e uma proclividade à animosidade quanto aos países ocidentais). Esta dualidade e adaptabilidade, são o foco deste escrito.

Uma análise prática do impacto da inovadora perspectiva nacional e internacional chinesa

Anteriormente discorri sobre o choque sísmico no tabuleiro político internacional, e por óbvio que sim, pois países como o Brasil que visam certa neutralidade (historicamente dizendo, na Segunda Guerra Mundial, por exemplo, o governo Vargas foi coagido a tomar partido entre os Aliados e o Eixo, uma vez que Vargas possuía uma afinidade ao movimento nazista e ao seu líder, amizade abertamente noticiada, mas que por fim se comprometeu a auxiliar as forças Aliadas). Outro exemplo, seria a situação atual da Guerra da Ucrânia em que o Presidente Lula segue sua carreira diplomática se encarregando de promover o diálogo para uma solução não apenas bélica para com o conflito, mas uma resolução diplomaticamente duradoura acaba por se aliar a países como a China e aos Estados Unidos ao mesmo tempo. A diferença do Brasil para com estes exemplos é que a visão futura para o Brasil é de se desenvolver pelo próprio ato de desenvolver, já que seria a única forma de buscar uma hegemonia social interna, entretanto, essa visão limita o Brasil e o condena a um protagonismo

secundário, sempre tendo que escolher lados, e numa situação delicada como a da Guerra da Ucrânia, o país será posto ao seu limite, como uma bomba relógio, caso o conflito continue a se agravar, justificando a função que o presidente Lula visa alcançar.

O hibridismo/dualidade da nação chinesa é um exemplo de como os cientistas sociais e políticos devem estar a postos a entender o fenômeno não como uma anomalia, mas como possivelmente uma nova norma na condução política das potências mundiais, uma vez que inegável a ameaça chinesa quanto à hegemonia estadunidense, que por tamanho poder, mantém uma linha simples de ação mundial, um país capitalista, com tendências imperialistas disfarçadas pela bandeira da democratização. A grande maioria dos presidentes americanos nas últimas décadas declarou guerra em algum momento ou outro, com exceção da figura controversa de Donald Trump, essa falta de adaptabilidade, e possivelmente comodismo é uma maneira de almejar manter uma hierarquia que com o passar de cada dia, se mostra mais fragilizada e ameaçada pelas crises a vir, principalmente é claro, pela Guerra da Ucrânia, que ameaçando seu prolongamento, tenciona profundamente todos os envolvidos, diretamente e indiretamente. Enquanto para a China o desenvolvimento do capitalismo é um instrumento, para o Brasil é um sonho com dura realidade e para os EUA, é sua integral identidade.

Desenvolvimento com Liberdade

Nesta perspectiva, Amartya Sen, tem grande importância, já que ele apresenta o desenvolvimento como fomentador da liberdade, e de fato quando levamos em consideração a realidade japonesa vemos como o país na virada do século adaptou suas políticas econômicas visando a expansão comercial, junto claro, a um respeito hegemônico externo

e uma previa expansão das políticas educacionais. O que o Japão significa para esta discussão, condizente com as palavras de Amartya Sen, é que a liberdade a partir do desenvolvimento acontece devido fatores simultâneos a quaisquer avanços, em especial, às ações do Estado. A China, no seu período pré-reforma, não apresentou agrado quanto aos mercados, mas promoveu a educação em massa e a qualidade do acesso à saúde. Ou seja, temos um país de cunho autocrata, com políticas internas de capacitação populacional, adaptabilidade quanto ao cenário hegemônico, uma duplicidade na política interna e externa, e não menos importante uma identidade nacional estruturalmente permeável.

“...Não é improvável que o mundo eurocêntrico abandone aos poucos suas fantasias vestfalianas e aceite cada vez mais o modelo hierárquico chinês...”
(FIORI, José Luís - *História, estratégia e desenvolvimento*, p. 97, 2015)

Importância de uma Identidade Nacional

A identidade nacional como Francis Fukuyama nos ajuda a entender, nunca deixou de importar e está longe de se tornar obsoleto, como demonstram: Rússia, Estados Unidos, Alemanha, França, China, entre outros. Por si só, uma identidade nacional não sustenta uma nação, mas fortalece aspectos importantes de sua subsistência. Uma prova disto, é o próprio Brasil, sua identidade nacional está sendo debatida desde Sérgio Buarque de Holanda e mesmo antes, mas sua existência como nação clama por se desenvolver economicamente e politicamente já que aquele que não progressivamente se desenvolve, cai na disputa mundial, sofrendo uma submissão forçada. Isso ajuda explicar como um país de tamanha territorialidade, potencial econômico e político, sofrem profundamente com uma desigualdade crônica, que impede de alcançar um protagonismo pleno já que não há, ou melhor, nunca houve

coesão social, racial e econômica no país. A importância da identidade nacional se torna clara. Uma vez que a China possui uma realidade histórica contextual similar, mas está disputando a liderança mundial, e o protagonismo brasileiro é simplesmente contingente.

O que a Guerra da Ucrânia significa no contexto estabelecido

A Guerra da Ucrânia se faz importante por ser um marco temporal, que adianta anos de disputa política, e ao que tudo indica, continuará e testará o sistema hegemônico. A China aparenta estar extremamente qualificada e bem posicionada para um fim violento da guerra quanto para um fim pacífico ao conflito, o que infelizmente não é a realidade da maioria dos países e por isso mesmo vemos como podemos aprender com exemplo chinês, tal como sociólogos, cientistas políticos, economistas, antropólogos e historiadores. Ao mesmo tempo, uma época de inovação e uma época de retrocesso, a Guerra é impulsionada pela vontade russa de reviver sua glória soviética, um imperialismo descarado que se diferencia do imperialismo estadunidense apenas por ser mais explícito, mas que em natureza são lados da mesma moeda¹ que por métodos diferentes, almejam fins similares.

Conclusão

Em suma, entendemos como a habilidade de adaptação chinesa, em outras palavras, seu hibridismo foi essencial em sua ascensão internacional, e a eficácia do mesmo há de ser estudada como não só um fenômeno circunstancial, mas um novo modelo a ser seguido e uma ameaça quanto ao status quo. Vimos

¹ Referi-me a Rússia e Estados Unidos como habitando o mesmo lado da moeda, mas tendo em mente a consequência prática de suas ações. Por óbvio, ideologicamente são realidades veementemente opostas.

a importância da história, geografia, recursos, estratégias, políticas internas/externas, inovação e adaptabilidade.

Os cientistas políticos e demais analíticos devem estar com atenção redobrada no período em que denomino como a calma antes da tempestade.

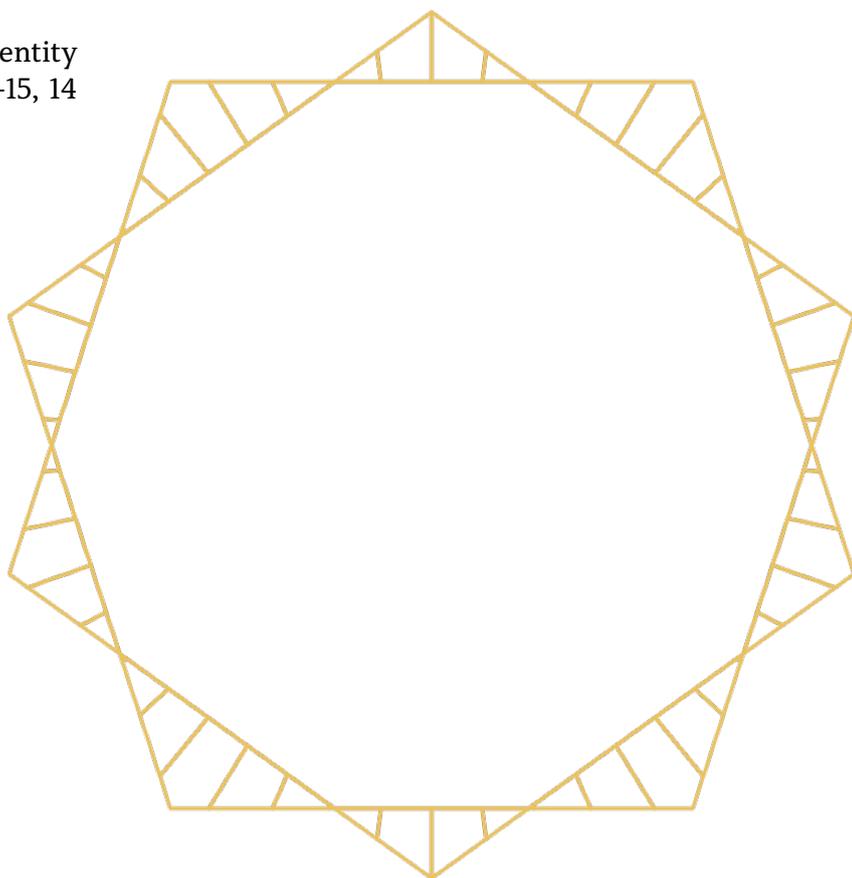
Referência bibliográfica

FIORI, José Luís. Prefácio: Conjeturas e História; História e Desenvolvimento. In: História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.

SEN, A. Desenvolvimento como Liberdade. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DIETRICH, Ana Maria. Entre a amizade, a proibição e clandestinidade: o Partido Nazista no Brasil e as relações com o governo de Getúlio Vargas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. Anais [...]. São Paulo: Associação Nacional de História, 2013. P. 1-16.

FUKUYAMA, Francis. Why National Identity Matters. *Journal of Democracy*, [S. l.], p. 5-15, 14 out. 2019.



Conheça e se inscreva nos

Grupos de Estudos da **CÁTEDRA CELSO FURTADO**

Análise de Política Contemporânea

O Grupo de Estudos e Análise de Política Contemporânea da Cátedra Celso Furtado, coordenado pela Profa. Roseli Coelho e pelo Prof. Paulo Souza, tem como objetivo selecionar e debater as principais questões, fenômenos e movimentos políticos da atualidade.



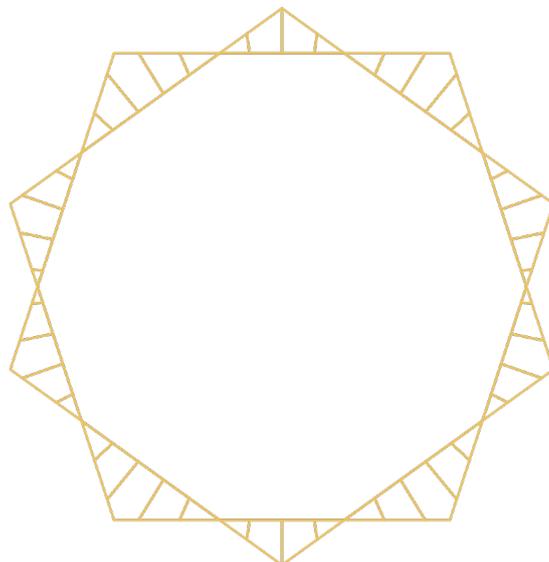
Se inscreva em:

Introdução ao Pensamento de Celso Furtado

O Grupo de Estudos Introdução ao Pensamento de Celso Furtado dedicado a apresentar os contornos básicos do pensamento de Celso Furtado sobre o Brasil, sobre o Desenvolvimento e sobre o relacionamento adequado da teoria com a prática política.



Se inscreva em:



FESPSP | **90** ANOS
FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO